



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

RELATÓRIO

ANUAL

TJAM 2019

**Tribunal de Justiça do Estado do
Amazonas**



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

RELATÓRIO ANUAL TJAM 2019

Tribunal de Justiça do Estado do
Amazonas



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Presidente:	Desembargador Yedo Simões de Oliveira
Vice-Presidente:	Desembargador Wellington José de Araújo
Corregedor-Geral de Justiça:	Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior
Desembargadores:	Desembargador Djalma Martins da Costa Desembargador João de Jesus Abdala Simões Desembargadora Maria das Garças Pessoa Figueiredo Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes Desembargador Paulo Cesar Caminha e Lima Desembargador Aristóteles Lima Thury Desembargadora Encarnação das Graças Sampaio Salgado Desembargador João Mauro Bessa Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing Desembargador Sabino da Silva Marques Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins Desembargadora Nélia Caminha Jorge Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos Desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro Desembargador Elci Simões de Oliveira Desembargadora Joana dos Santos Meirelles Desembargador Délcio Luís Santos



SUMÁRIO

TÓPICO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	5
A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL	6
A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL	8
MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL	13
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	14
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE PESSOAL	16
AS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS	21
AS AÇÕES DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	23
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	29
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	32
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	38
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL	42
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	43
CONTRATOS E CONVÊNIOS	57
DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	59
CORREIÇÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL	75
SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	77
PROJETOS ALINHADOS AO PLANO ESTRATÉGICO – 2015-2020	79
PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE	86



APRESENTAÇÃO

Como parte componente da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresenta-se o Relatório Anual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as principais atividades realizadas ao longo do exercício de 2019.

O relatório foi compilado a partir das informações prestadas por órgãos, setores e divisões do Tribunal, dentre eles: a Divisão de Planejamento; a Divisão de Gestão de Pessoas; a Divisão de Pessoal; a Escola Superior da Magistratura do Amazonas; a Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas; a Divisão de Tecnologia de Informação e Comunicação; a Divisão de Engenharia; a Divisão de Infraestrutura e Logística; a Divisão de Patrimônio e Material; a Comissão Permanente de Licitação; a Divisão de Contratos e Convênios; e a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ;

Inicialmente, o relatório apresenta a estrutura orgânica do Tribunal, com uma síntese da distribuição funcional das unidades que o compõem e das atribuições de alguns de seus setores.

A seguir, o documento faz uma exposição das atividades desenvolvidas na área de Gestão de Pessoas e Divisão de Pessoal, bem como relata as ações desenvolvidas pelas escolas do tribunal.

O documento contempla ainda o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, formalizado por meio do Plano Estratégico 2015-2020 e expõe os macrodesafios definidos, bem como os indicadores para a análise das metas estabelecidas. São ainda exibidos os resultados obtidos no ano de 2019 para tais metas.

Outrossim, são relatadas as correições realizadas pela CGJ, bem como as ações executadas pelas Divisões de Tecnologia de Informação e Comunicação, Infraestrutura e Logística, Patrimônio, e de Engenharia.

Posteriormente, é apresentada uma série de dados a respeito das licitações, contratos e convênios realizados pelo Tribunal no exercício de 2019.

O documento exhibe também os números judiciais, tais como a quantidade de processos julgados, arquivados, estoques inicial e final do exercício de 2019, além de mencionar as vantagens e os resultados da Semana Nacional de Conciliação.

O relatório faz ainda uma narrativa da atuação institucional por meio dos projetos e ações estratégicas desenvolvidos, expondo os resultados obtidos no exercício. Por derradeiro, faz menção ao Prêmio CNJ de Qualidade e à categoria “Prata” alcançada pelo tribunal no ano de 2019.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do estado, e até o final do ano de 2019 era composto de 26 Desembargadores.

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 17/1997, o TJAM tem como órgãos julgadores o Tribunal Pleno; as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais; as Câmaras Reunidas; e o Conselho da Magistratura.

Até o final do ano de 2019 funcionavam no TJAM três Câmaras Cíveis Isoladas e duas Câmaras Criminais Isoladas, todas ordinalmente numeradas, sendo a 1ª e a 3ª Câmara Cível constituída de 5 Desembargadores, a 2ª Câmara Cível constituída de 6 Desembargadores e as demais Câmaras Criminais constituídas de 4 Desembargadores.

As Câmaras Reunidas são integradas pelos membros das respectivas Câmaras Isoladas. O Conselho da Magistratura é constituído do Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, do Vice-Presidente, do Corregedor-Geral da Justiça e de dois Desembargadores, sendo um das Câmaras Cíveis e um das Câmaras Criminais.

O TJAM é também composto pela Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o território do Estado do Amazonas, sendo exercida por um Desembargador com o título de Corregedor-Geral da Justiça.

Cabe mencionar que a Presidência do Tribunal conta com a atuação de três Juízes Auxiliares, os quais atuam em processos de natureza judicial, notadamente quanto à admissibilidade recursal e em processos de natureza administrativa, notadamente quanto à elaboração de despachos e decisões

Dentro da estrutura orgânica do TJAM, funcionam ainda uma Secretaria Geral Judiciária, uma Secretaria Geral de Administração e uma Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira. A primeira é subordinada diretamente à Presidência do TJAM e tem como atribuições, dentre outras, secretariar pessoalmente as Sessões do Egrégio Tribunal Pleno, com assento ao lado esquerdo do Presidente; fiscalizar os serviços desenvolvidos pela Divisão Judiciária e despachar e ordenar, com autorização da Presidência, serviços e requerimentos de pessoal das Secretarias Judiciárias e Varas Judiciais. Já a Secretaria Geral de Administração, também subordinada diretamente à Presidência, tem subordinadas a si, diretamente, dentre outras unidades, a Divisão de Orçamento e Finanças; a Divisão de Engenharia; a Divisão de Tecnologia da Informação; a Divisão de Pessoal e a Divisão de Gestão de Pessoas. São atribuições da Secretaria Geral de Administração, dentre outras, planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades e projetos inerentes às unidades administrativas a ela subordinadas, bem como administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Com relação



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

à Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira cabe a ela aferir a legalidade, a exatidão e a confiabilidade dos dados contábeis, dos atos administrativos relativos a servidores, contratos, convênios e demais atos de mesma natureza, procedendo regularmente à verificação dos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos do Tribunal, examinando a sua regularidade, avaliando a eficiência dos controles e apresentado subsídios para o aperfeiçoamento de gestão da instituição, através de auditorias, inspeções administrativas, fiscalização e monitoramento, em cumprimento à legislação vigente e às determinações do Conselho Nacional de Justiça.

Funcionam ainda no Tribunal, dentre outros setores: uma Diretoria de Divulgação; uma Divisão de Administração da Assistência Militar; uma Divisão de Cerimonial; uma Secretaria Geral de Precatórios; um Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos; e uma Divisão de Planejamento, atualmente composta pela Coordenadoria de Processos e Projetos e pela Coordenadoria do Núcleo de Estatística e Acompanhamento de Metas. Todos estes órgãos subordinados diretamente à presidência.



A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL

Em 2015, por meio da Resolução Nº 02/2015, o TJAM instituiu seu Plano Estratégico para o período de 2015-2020. O plano definiu os atributos de valor do tribunal, quais sejam: Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Probidade. Ficou definido ainda que o TJAM tem como Missão “realizar justiça com acessibilidade e de forma igualitária à sociedade”, e como Visão “ser reconhecido pela sociedade como uma instituição que promove a justiça com imparcialidade, de forma célere e com equidade”.

O Plano Estratégico TJAM 2015-2020 definiu 11 Macrodesafios, estando os mesmos situados sob três diferentes perspectivas: da sociedade, de processos internos e sob a perspectiva de gestão.

O primeiro macrodesafio é a “Garantia dos Direitos da Cidadania”. Situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador- produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Este primeiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de Confiança no Poder Judiciário” – medido através de questionários aplicados à sociedade –, cuja meta é aumentar em 4% ao ano o nível de satisfação com o Poder Judiciário. No ano de 2019, o índice de confiança no Poder Judiciário foi de 63,62%, restando 7,59% para o atingindo da meta, levando em conta que a linha de base, aferida e estabelecida em 2015, é de 55,21%.

O segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo macrodesafios situam-se sob a perspectiva dos Processos Internos.

O segundo macrodesafio é “Ampliar a Prática de Soluções Alternativas de Conflitos”. Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

Este segundo macrodesafio tem como indicadores: [i] o “Índice de Conciliação Pré-processual realizada”, cuja meta é aumentar em 5% (cinco por cento) ao ano o número de conciliações pré-processuais; e [ii] o “Índice de Conciliação Processual Realizada”, cuja meta é aumentar em 3% (três por cento) ao ano o número de conciliações.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

A despeito de ter sido estabelecida, para o primeiro indicador, uma meta de 62% para o ano de 2019, o TJAM atingiu 3,40%. No segundo indicador, o tribunal obteve um resultado negativo de -28,05%, quando a meta estabelecida foi de 72% para 2019.

O terceiro macrodesafio é o “Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa”. Tem como descrição o conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio dos recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

O terceiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública”, cuja meta é identificar e julgar, pelo menos, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até o 3º ano anterior ao ano do cumprimento da meta. Em 2019, neste indicador, o TJAM atingiu, no primeiro grau, no que diz respeito ao combate à corrupção, 110,25%. Já no segundo grau, atingiu 112,78%.

O quarto macrodesafio é o “Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis”. Tem como descrição a implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações. No TJAM, já foi celebrada a parceria com a Prefeitura de Manaus com o objetivo de reduzir o número de processos nas Varas da Fazenda Pública Municipal, que absorvem o maior número de processos.

Este quarto macrodesafio tem como indicador a “Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal”, cuja meta é reduzir em 50% (de 92% para 42%), até o ano de 2020, a taxa de congestionamento. No final do ano de 2019, o TJAM estava com a referida taxa em 65,09%.

O quinto macrodesafio é a “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”. Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

O quinto macrodesafio tem como indicadores: [i] a “Taxa de congestionamento processual TJAM”, cuja meta é reduzir a taxa de congestionamento em 2% ao ano, até 2020



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

(de 67,90% para 55,90%); e [ii] o “Índice de atendimento à demanda”, cuja meta é aumentar o índice de processos baixados em relação aos casos novos em 1% (de 133,10% para 139,10%. Em 2019, a taxa de congestionamento processual TJAM ficou em 49,60% e Índice de atendimento à demanda, em 126,20%.

O sexto macrodesafio é a “Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes”. Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismo para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

O sexto macrodesafio tem como indicador a “Taxa de congestionamento em litigância serial”, cuja meta é reduzir em 1,5% ao ano. Em 2019, a taxa de congestionamento em litigância serial ficou em 63,50% para os maiores demandados, e em 90,07% para os maiores demandantes.

O sétimo macrodesafio é o “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal”. Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Este sétimo macrodesafio possui como indicadores: [i] o “Índice de Varas com sistema de audiência por videoconferência”, cuja meta é implantar o sistema de videoconferências em 80% das varas criminais até 2020; e o [ii] “Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência”, cuja meta é realizar, até 2020, 20% das audiências criminais por videoconferência. Apesar de tais indicadores foi implantado o sistema de videoconferência no TJAM com unidades externas ao Estado, cerca de 90% em Presídios Federais e apoio a 10% Outros Tribunais de Justiça, por conta de cumprimento de audiências solicitadas por cartas precatórias e audiências de Vara Cíveis, sendo realizado um total de 88 videoconferências assistidas pela Divisão de Tecnologia da Informação, no ano de 2019.

O oitavo, o nono, o décimo e o décimo primeiro macrodesafios situam-se sob a perspectiva de Gestão.

O oitavo macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da Gestão De Pessoas”. Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho. Considerando a necessidade da modernização da Política de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário Amazonense, o TJ/AM estabelece como um de seus macrodesafios basilares a implantação da política de Gestão por Competência, através do desenvolvimento permanente das competências necessárias ao melhor desempenho funcional e do aperfeiçoamento e formação continuada de seu corpo de magistrados e servidores, assegurando-lhes a oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal, necessários à realização da Estratégia.

O oitavo macrodesafio possui três indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de capacitação dos magistrados nas competências estratégicas”, cuja meta é capacitar 100% dos magistrados nas competências estratégicas, até 2020; [ii] o “Número de Servidores Capacitados”, cuja meta é capacitar 90% dos servidores do Tribunal de Justiça, nas competências estratégicas, em cursos com carga horária acima de 15 horas; e [iii] o “Índice de mapeamento das competências estratégicas”, cuja meta é mapear 100% das competências dos servidores até 2020.

Até o final de 2019, o índice de capacitação dos magistrados nas competências estratégicas foi de 110%; o Número de Servidores Capacitados foi de 33%; quanto ao mapeamento das competências estratégicas o seu lançamento oficial ocorreu em setembro de 2019, desde então encontra-se em desenvolvimento um projeto piloto que está em fase final. Em contrapartida, foram priorizados outros programas, tais como, a realização do concurso para servidores da capital e interior e suas nomeações, das 1ª, 7ª, 8ª e 9ª Sub-regiões (em andamento), o fortalecimento do programa de teletrabalho, a revisão da gestão dos programas para progressão na carreira dos servidores e a implantação de um novo sistema de gestão de pessoas (SIGEP).

O nono macrodesafio é a “Melhoria da Infraestrutura Física e de Tecnologia de Informática e Comunicação”. Tem como descrição o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos. O aumento da demanda no interior do Estado e a necessidade de melhoria dos ambientes de atendimento à clientela direcionam o TJAM à construção de novas unidades no interior do Estado, ampliação de Unidades na capital e reforma e adequação das estruturas vigentes.

O nono macrodesafio possui dois indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de aderência às metas do Plano de Obras TJAM”, cuja meta é realizar no mínimo 90% das obras



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

estabelecidas no Plano de Obras; e [ii] o “Índice de aderência às metas do plano de TIC”, cuja meta é realizar no mínimo 90% dos projetos estabelecidos no plano de TIC.

Em 2019, o TJAM executou reformas, manutenções, adequações e reparos na estrutura dos edifícios da capital e interior pertencentes ao tribunal, no entanto não concluiu todas as obras previstas no Plano de Obras, o resultado obtido foi de 53,70%. Quanto ao segundo indicador, o tribunal atingiu 90%, concluindo 36 metas do Plano de TIC no ano de referência.

O décimo macrodesafio é a “Otimização de Custos”. Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Este décimo macrodesafio tem como indicador o “Índice de eficiência operacional”, cuja meta é reduzir até 2020 a linha de base de R\$1.694,00 (mil seiscentos e noventa e quatro reais) para R\$1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais). Em 2019, o TJAM aumentou seu Índice de eficiência operacional para R\$ 1575,76 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

O décimo primeiro macrodesafio é a “Instituição da Governança Judiciária”. Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades da Justiça do Estado do Amazonas, produzidas de forma colaborativa pelo TJAM e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Este derradeiro macrodesafio possui, igualmente, dois indicadores, quais sejam: [i] “Índice de execução do plano estratégico”, cuja meta é cumprir 100% das metas propostas até 2020; e [ii] o “Índice de execução do orçamento estratégico”, cuja meta é cumprir, no mínimo, 90% das metas orçamentárias propostas até 2020.

Até o final de 2019, o Índice de execução do plano estratégico alcançou 84,13%; já o Índice de execução do orçamento estratégico, atingiu 64,98%.

Para o melhor entendimento e visualização dos macrodesafios, foi elaborado o Mapa Estratégico definido no Plano Estratégico 2015-2020 do TJAM.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019



MAPA ESTRATÉGICO
2015-2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMÁZONAS



AS AÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

A Divisão de Gestão de Pessoas tem como competência desenvolver e aplicar políticas de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim como a primar pela valorização, desenvolvimento e desempenho profissional dos servidores para o alcance das metas institucionais. A descrição detalhada das competências da Divisão de Gestão de Pessoas (DVGP) consta na Resolução n.º 003/2013, de 15.01.2013, disponibilizada no DJE de 18.01.2013.

Além das atividades previstas na Resolução n.º 003/2013, a seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela DVGP no ano de 2019:

a) levantamento atualizado (dezembro de 2019) e ajuste do quadro de pessoal de todos os setores da Capital e Interior com o objetivo de dar melhores subsídios para ações de políticas de pessoal e concurso público;

b) adoção, para fins de lotação e relotação de servidores, do critério da LP (Lotação Paradigma) conforme recomendam as Resoluções 219 e 243 do CNJ (resoluções que tratam da equalização da força de trabalho entre 1º e 2º graus de jurisdição considerando a proporcionalidade de processos novos no último triênio;

c) Cumprimento do acordo homologado no CNJ, referente à equalização da força de trabalho (conformidade com a Resolução n.º 219-CNJ);

d) início dos testes do sistema SIGEP (Sistema de Gestão de Pessoas), com a colaboração da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, que possibilitará a automatização e aumento da confiabilidade das informações de competência desta Divisão;

e) reavaliação da política de gestão por competência deste Poder, em virtude da necessidade de adequação da metodologia utilizada e parâmetros técnicos de mapeamento (competências técnicas e comportamentais) definidos na literatura a respeito do tema. Tal reavaliação procurará definir um direcionamento para a efetivação de 100% (cem por cento) do mapeamento das competências de todas as unidades do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) até 2021;

f) readequações, visando ao cumprimento da Resolução n.º 04/2017 e 08/2019, relativas ao programa de teletrabalho: ajustes de metas, maior controle e acompanhamento de servidores que trabalham em casa;

g) melhorias nos critérios de aferimento e parametrização da produtividade de servidores/setores participantes do programa de teletrabalho;

h) realização do concurso de servidores da capital e das 1ª e 9ª Sub-regiões – concurso encontra-se em fase final e próximo da fase de homologação;



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

i) avaliação de 275 (duzentos e setenta e cinco) servidores em estágio probatório, por meio da Comissão Permanente de Estágio Probatório, conforme o regramento previsto na Resolução nº 28/2007 - TJAM;

j) movimentação funcional na carreira de 795 servidores no ano de 2019, após atendidos os requisitos legais e indicados pela Comissão Permanente de Avaliação do Servidor;

k) acompanhamento dos convênios oferecidos como benefícios aos servidores e seus dependentes (plano odontológico, descontos em cursos de educação infantil, ensino médio, graduação e pós-graduação).

Teletrabalho: prática de reconhecida eficiência no judiciário amazonense

Com a edição da Resolução nº 04/2017, o TJAM viabilizou o ingresso de servidores em regime de teletrabalho e, como consequência, tem demonstrado inúmeras lições para a instituição no aspecto da eficiência e melhor utilização dos recursos. Nos aspectos positivos, diversos são os benefícios percebidos pela DVGP: melhoria na qualidade de vida dos servidores, aumento significativo da produtividade, mudança da cultura voltada para resultados, possibilidade de atendimento em localidades remotas, redução no custo da capacidade instalada (água, energia elétrica, espaço físico, mobiliário, estacionamentos), entre outros.

O programa foi reconhecido no ano de 2019 como a melhor prática de gestão de pessoas, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na temática “planejamento em gestão de pessoas”, com o título “A permanência e a atratividade de servidores para o atendimento às localidades remotas no interior do Amazonas por meio do teletrabalho”. Além disso, o órgão tem sido consultado por diversas instituições em todo Brasil para compartilhar suas práticas e referência na adoção e implementação do modelo.

Concursos da 7ª e 8ª Sub-Regiões

Todas as vagas que estavam vinculadas ao edital do concurso já foram preenchidas, sendo os atos de nomeação assinados pelo Presidente em 19/12/2019. O concurso da 8ª Sub-região tem vigência até o mês de junho de 2020.



AS AÇÕES DA DIVISÃO PESSOAL

A Resolução n.º 29/2010 – DVEXPED/TJ-AM estabelece as atribuições da Divisão de Pessoal, das quais se destacam:

1. Organizar, controlar, conservar e manter atualizados os registros funcionais, arquivos de documentos e dados cadastrais dos magistrados, servidores, serventuários e estagiários do TJAM.
2. Administrar a escala anual de férias de servidores.
3. Elaborar, nas datas aprazadas ou por determinação superior, a lista de antiguidade de juízes e desembargadores.
4. Elaborar e registrar Termo de Posse.
5. Registrar e elaborar certidões, declarações e informações com base na ficha funcional dos magistrados, servidores, serventuários e estagiários do Órgão.
6. Cumprir diligências da Secretaria de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em processos administrativos de aposentadoria.
7. Analisar e encaminhar ao Setor de Pagamento de Folha informações relativas a alterações na situação funcional do servidor que possam refletir no registro financeiro individual.
8. Gerenciar o Pagamento de Magistrados, Servidores e Estagiários Ativos.
9. Fornecer informações aos agentes financeiros sobre margem líquida de vencimentos de servidores, para efeito de concessão de empréstimo.
10. Preparar, conferir e expedir as declarações de rendimentos para fins de declaração de imposto de renda – pessoa física.
11. Receber e arquivar declarações anuais de bens de servidores.
12. Realizar anualmente o cadastramento de servidores aposentados e pensionistas;
13. Cooperar com o processo de promoção e progressão funcional dos servidores, propondo melhoria nos critérios de avaliação por merecimento.
14. Prestar informações funcionais à Corregedoria Geral de Justiça e aos órgãos governamentais (INSS, AMAZONPREV, TCE, dentre outros), em processos administrativos relacionados a pessoal.
15. Executar as atividades relativas à nomeação e posse dos candidatos aprovados em concurso público.
16. Gerenciar e controlar a estrutura de cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário.
17. Propor correção de irregularidade quanto detectada em processo administrativo.
18. Controlar a emissão de crachás.
19. Prestar orientação aos servidores quanto à utilização do ponto eletrônico.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

20. Atuar junto ao fornecedor e setor de informática, no caso de problemas técnicos, para pronto restabelecimento do ponto eletrônico.

A Divisão de Pessoal, em cumprimento a Resolução n.º 29/2010 – DVEXPED/TJ-AM, realizou no decorrer do ano de 2019, atividades rotineiras e específicas, conforme discriminado a seguir.

1. ATIVIDADES ROTINEIRAS

- Atendimento ao público em geral.
- Consulta e lançamento de dados no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - GRH e/ou em fichas funcionais (documento físico) referente a magistrados, serventuários, servidores e estagiários.
 - Confecção de crachás.
 - Controle de frequência.
 - Conferência e elaboração de planilhas de cálculos referentes a vencimentos, subsídios ou indenizações de natureza remuneratória e/ou indenizatória.
- Coordenação e elaboração da folha de pagamento mensal de magistrados, serventuários, servidores e estagiários.
- Cálculos e fornecimento de certidões da PAE, GAJ (50%) e da Data-base.
- Elaboração de relatórios diversos.
- Elaboração de ofícios, memorandos, declarações e certidões diversas.
- Elaboração de informações em processos administrativos sobre:
 - Abono de permanência;
 - Ajuda de custo;
 - Aposentadoria;
 - Alteração de férias/ Escala de Férias de Servidores;
 - Auxílio Funeral;
 - Dedução de Imposto de Renda;
 - Férias de Magistrados e Servidores;
 - Folga Eleitoral;
 - Gratificação de adicional de qualificação;
 - Gratificação de função;
 - Gratificação de plantão (1º e 2º graus, motoristas, manutenção, informática e oficiais de justiça;
 - Gratificação para comissão;
 - Inclusão de dependentes;
 - Inclusão e exclusão de servidores em comissão;
 - Licença casamento;
 - Licença eleitoral (para exercer cargo eletivo);
 - Licença especial;
 - Licença paternidade (magistrados e servidores);



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

- Licença maternidade (magistradas e servidoras);
- Licença para doença de familiares (magistrados e servidores);
- Licença para tratamento de saúde (magistrados e servidores);
- Licença para luto;
- Licença para acompanhar cônjuge;
- Licença para interesse particular;
- Nomeação de cargo ou função;
- Cálculo de Diárias;
- Pecúnia;
- Resguardo de férias;
- Resguardo de licença especial;
-

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS

- **Migração dos Inativos para Amazonprev**

Em 27.12.2018 foram iniciados efetivamente os trabalhos para migração da folha de pagamento dos inativos e pensionistas para Amazonprev, que se tratava originariamente de obrigação imposta pela CRFB e reiterada expressamente pela Lei Complementar Estadual nº 30/01.

Para esse fim, o TJAM instituiu Grupo de Trabalho pela Portaria nº 07, de 07.01.2019, com a duração de 30 (trinta) dias, prorrogado por mais 30 (trinta) dias pela Portaria nº 464, de 15.02.2019.

Preliminarmente, conforme informações da reunião com os representantes do Amazonprev em 27.12.2018, a Divisão de Pessoal/Folha de Pagamento do TJAM realizou a busca da documentação referente à concessão do benefício de todos os aposentados e pensionistas deste Tribunal, que foram reunidos e separados em dois grupos.

Da busca de documentação foram encontrados mais de 1.000 documentos, dentre atos de nomeação, aposentadoria, pensão, acórdãos, guia financeira, enquadramentos etc., totalizando mais 11,1GB de dados, muitos dos quais advindos de buscas nos arquivos deste Tribunal ou de buscas através do Diário Oficial do Estado de décadas pretéritas.

Em 09.01.2019, nas dependências da Divisão de Pessoal do TJAM, os representantes do Fundo Previdenciário solicitaram que fossem especificados quais os beneficiários vinculados ao Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões do Estado do Amazonas - FFIN e ao Fundo Previdenciário de Aposentadoria e Pensões do Estado do Amazonas – FPREV, o que foi devidamente realizado em análise individual de todos os inativos e pensionistas deste Poder.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Além disso, dentre as atividades realizadas, foram atualizados, no mês de janeiro de 2019, os proventos de 88 (oitenta e oito) pensionistas, com o índice de 3,43% em 2019, nos termos da Portaria n.º 09, de 16.01.2019, do Ministério da Economia.

Em reunião realizada no dia 27.02.2019, foram entregues as informações de planilhas e documentos já digitalizados, com as respectivas observações, bem como dado ciência à empresa Processamento de Dados Amazonas S/A – PRODAM dos referidos dados para a conclusão da migração da Folha de Pagamento dos servidores inativos e pensionistas deste Poder, nos termos preconizados pela EC 20/98 e LC n.º 30/01.

Cumprir destacar que, no mês de junho de 2019, a referida migração foi efetivamente concluída e a partir desse mês os inativos e pensionistas tiveram seus pagamentos efetuados pela Amazonprev.

- **Atualização de dados para o portal da transparência**

Foram realizadas as atualizações mensais do quantitativo de servidores e magistrados inativos e dos respectivos pensionistas, bem como efetuado o envio até o dia 10 de cada mês à Divisão de Gestão de Pessoas.

- **Elaboração de Informações para a SEFAZ – referente ao cumprimento das metas do Programa de Ajuste Fiscal pelo Estado do Amazonas – STN – Secretaria do Tesouro Nacional**

Consistiu no levantamento de dados solicitados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, a fim de subsidiar a avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2018 e a revisão dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Amazonas, que resultou no preenchimento de 9 (nove) quadros (linha Judiciário), relacionados a seguir:

- Quadro I – Pessoal quantidade referente ao exercício de 2017.
- Quadro II – Pessoal valor referente ao exercício de 2017 em R\$.
- Quadro III - Contratações referentes aos exercícios de 2014 a 2021.
- Quadro IV - Pessoal por idade referente ao exercício de 2017.
- Quadro V - Reajustes referentes aos exercícios de 2018 a 2021.
- Quadro VI – Inativos por idade referente ao exercício de 2017.
- Quadro VII - Aposentadorias referentes aos exercícios de 2014 a 2021
- Quadro VIII - Pensões referentes aos exercícios de 2014 a 2021.
- Quadro X - Legislações e regras sobre servidores ativos, inativos e pensionistas referentes ao exercício de 2017.

Cabe ressaltar que quanto aos servidores nomeados e concursos aprovados para os próximos anos, a informação foi prestada pela Divisão de Gestão de Pessoas.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

• **Atividades relativas à nomeação e posse dos candidatos aprovados em concurso público**

Foram recebidos os documentos e declarações dos candidatos aprovados em concurso público e nomeados em 2019, tendo sido elaborados os respectivos termos de posse.

✓ **Atualização de informações cadastrais para compor a base de dados do eSocial**
(Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas)

A atividade foi realizada juntamente com a Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, no período de 17.05 a 19.06.2019, consistindo na orientação de magistrados e servidores/serventuários para preencher o formulário de atualização de dados cadastrais, para tanto, foi disponibilizada uma sala na Divisão de Pessoal, no horário das 8h às 12h, onde foram prestadas orientações nos casos de dúvida, além do atendimento via e-mail e telefone.

✓ **Recebimento das Declarações de Imposto de Renda - SEDEC**

Considerando a Recomendação n.º 10, de 13/03/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, esta Divisão solicitou a abertura do Sistema SEDEC aos servidores/serventuários e magistrados, no período de 01 a 31/05/2019, para que fossem enviadas as respectivas declarações, nos termos do artigo 1º, §1º e §2º da Resolução n.º 13/2013, de 23/04/2013.

Cabe ressaltar que, visando à segurança de dados, em 2019 foi efetuada alteração para que o acesso ao Sistema de Entrega da Declaração do IR ao TJAM - SEDEC fosse realizado mediante inserção dos campos CPF, usuário e senha de rede.

✓ **Inspeção CNJ**

A Inspeção n.º 0006230-24.2019.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, foi realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 23 a 27 de setembro de 2019, das 8 às 19 horas, em cumprimento à Portaria CN-CNJ 27, de 22 de agosto de 2019, e inspecionou os órgãos do corpo diretivo, Presidência e Corregedoria; as áreas administrativas e os sistemas processuais eletrônicos vinculados à Presidência, as Secretarias das Câmaras e 5 gabinetes de desembargadores do TJAM, além da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Dentre as unidades administrativas, foi inspecionada a Divisão de Pessoal.

✓ **Flexibilização da Jornada de Trabalho**

A atividade foi desenvolvida em conjunto com o Subcomitê de Formação, Aperfeiçoamento e Gestão de Pessoas, que inicialmente conjecturou sobre a implementação de banco de horas neste Poder, porém observando limitações, alternativamente, optou-se pelo



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Regime de Flexibilização da Jornada de Trabalho no TJAM, que foi regulamentado pela Portaria n.º 2778, de 04 de novembro de 2019.

AS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM, no exercício de suas competências, ao longo de 2019 realizou diversas atividades (técnicas e pedagógicas) sempre voltadas para a primazia do aperfeiçoamento e atualização tanto para magistrados, como também, para demais operadores do direito e público em geral. Através dos seus cursos e eventos, os quais geraram captação voluntária de diversas doações, sendo estas: leites, fraldas e brinquedos, foram distribuídos entre as mais diversas entidades de amparo social desde crianças até idosos. Segue detalhamento das atividades realizadas:

CURSOS E EVENTOS

EVENTO – Palestra Dano Temporal

Data: 14 de fevereiro, público: 48, instituições beneficiadas: Casa do Idoso São Vicente de Paulo.

EVENTO – Aula Magna

Data: 11 de março, público: 292, instituições beneficiadas: Abrigo Monte Salém, Abrigo Coração do Pai, NACER, Abrigo Raio de Sol e Saica.

EVENTO – Curso de Execução Penal

Data: 12 a 15 de março, público: 73, instituições beneficiadas: Abrigo Monte Salém, Abrigo Coração do Pai, NACER, Abrigo Raio de Sol e Saica.

EVENTO – Seminário: Judiciário e o mercado imobiliário

Data: 21 de março, público: 552, instituições beneficiadas: Abrigo Monte Salém, Abrigo Coração do Pai, NACER, Abrigo Raio de Sol e Saica.

EVENTO – Palestra: Da reforma às mutações constitucionais

Data: 13 de abril, público: 129, instituições beneficiadas: Casa do Oleiro e Casa do Idoso São Vicente de Paulo.

EVENTO – Congresso dos Magistrados do Amazonas

Data: 16 e 17 de maio, público: 730, instituições beneficiadas: Casa do Oleiro e Casa do Idoso São Vicente de Paulo.

EVENTO – Palestra: A lógica econômica e jurídica das recuperações de empresa

Data: 31 de maio, público: 158, instituições beneficiadas: Casa do Oleiro e Casa do Idoso São Vicente de Paulo.

EVENTO – Seminário de Direito Urbanístico

Data: 07 de agosto, público: 294, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

EVENTO – 1º Seminário Amazonense de Justiça Restaurativa

Data: 20 de agosto, público: 1.096, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.

EVENTO – Seminário Internacional de Direito Militar e Direitos Humanos

Data: 09 a 11 de outubro, público: 366, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.

EVENTO – Palestra Discurso Anti-Direitos Humanos: A proliferação do ódio e a proliferação social

Data: 07 de dezembro, público: 41, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.

EVENTO – Curso de Psicologia Jurídica

Data: 09 e 10 de dezembro, público: 54, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.

EVENTO – Curso Liberdade de Expressão da Magistratura

Data: 12 de dezembro, público: 40, instituições beneficiadas: Comunidade São Judas Tadeu.

EVENTO – Cursos de Pós Graduação e Preparatório

Data: abr/2019 até maio/2020, público: 170, instituições beneficiadas: Abrigo Monte Salém, Abrigo Filhos do Coração, Abrigo Moacyr Alves, Cáritas Arquidiocesana de Manaus, Igreja Adventista do Sétimo dia, Abrigo Coração do Pai, Área Missionária Santa Catarina de Sena, Casa do Idoso São Vicente de Paulo, Casa MIGA, Comunidade Católica Despertai.



AS AÇÕES DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas EASTJAM tem como competências: a promoção continuada de capacitação, atualização e aperfeiçoamento dos servidores e estagiários, que inclui atividades de planejar, elaborar e executar eventos, encontros, cursos presenciais ou à distância, conforme as necessidades específicas das diversas áreas do Tribunal de Justiça do Amazonas; e o gerenciamento do Programa de Estágio do Tribunal de Justiça, por meio de aplicação de seleção pública, admissão, adaptação e acompanhamento dos estudantes de nível superior e médio na capital e no interior do Estado. Ao longo do ano de 2019 realizou as seguintes atividades:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1. Capacitação

A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor– EASTJAM viabilizou a capacitação 4058 (quatro mil e cinquenta e oito) servidores, estagiários e público externo no ano de 2019, na forma de cursos, seminários, congressos, palestras, oficinas e encontros realizados nas dependências do Tribunal ou em eventos externos.

As ações de capacitação foram desenvolvidas em consonância ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Amazonas, possibilitando a efetivação de projetos específicos, alcance de indicadores e metas, bem como o aperfeiçoamento dos servidores para o aprimoramento das atividades administrativas e da prestação jurisdicional.

Dentre as capacitações realizadas em 2019 destacamos os seguintes cursos:

- Curso de Habilitação para o Teletrabalho

O Programa de Teletrabalho do Tribunal de Justiça do Amazonas preconiza a realização do Curso de Habilitação aos servidores, e seus respectivos gestores, interessados em ingressar nessa modalidade. Ao longo do ano foram realizadas três turmas, com 89 (oitenta e nove) servidores certificados no total. Na capacitação são debatidos os conceitos teórico-práticos de Teletrabalho, os aspectos da Resolução CNJ n. 227/2016 e Resolução TJ n. 04/2017, as formas de gestão, as estratégias de gerenciamento de equipe, o cumprimento das metas e produtividade, e os aspectos sobre saúde e qualidade de vida.

Programa de Monitoria



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

O Programa de Monitoria, criado juntamente com a Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário do TJAM, tem por objetivo formar e multiplicar os conhecimentos a respeito das metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Para tanto, foram capacitados servidores de todas as unidades judiciais da capital e das comarcas de Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Humaitá.

No curso, os servidores indicados recebem treinamento e passam a ser multiplicadores de conhecimento a respeito do correto manuseio do sistema de automação do Judiciário (SAJ), cujo propósito é racionalizar o trabalho cartorário, culminando intuitivamente com o atingimento das metas propostas ao Judiciário.

As Varas participantes do Programa de Monitoria são acompanhadas e o desempenho no cumprimento das Metas estabelecidas pelo CNJ é aferido periodicamente, em ciclos quadrimestrais, a fim de garantir ao longo do ano o crescimento nas projeções especificadas. O crescimento da produtividade foi registrado em todas as áreas do Judiciário amazonense, e o Tribunal de Justiça do Amazonas cumpriu pelo segundo ano consecutivo, as Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Capacitação para os setores administrativos

Os servidores das áreas administrativas do Tribunal foram contemplados nas ações de capacitação, realizaram cursos internos e externos com professores nacionalmente reconhecidos, além da participação em Congressos, Seminários e Workshop que abordaram as temáticas da área de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, Gestão e Fiscalização e Elaboração de Contratos de acordo com a IN Nº 05/17, Projeto Básico e Licitações.

Na área de gestão de pessoas, destacamos a realização do I Encontro de Gestão de Pessoas no Tribunal de Justiça do Amazonas com a certificação de 126 gestores participantes. Realizou-se também a Capacitação no Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP e o treinamento para utilização do SISPREV - Sistema de Gestão de Regime Próprio da Previdência Social.

Capacitação para área Psicossocial

Os servidores das equipes multiprofissionais (psicólogos e assistentes sociais) foram contemplados em ações de aperfeiçoamento com o oferecimento de Capacitação Técnica nos Procedimentos de Entendimento e Elaboração de Laudos Psicossociais, Avaliação Neuropsicológica e por Performance Rorschach, Capacitação em Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência. As formações tiveram o propósito de preparar os profissionais para a atuação em perícias judiciais e projetos relacionados à violência doméstica e atendimento a crianças e adolescentes.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Realizou-se também o II Simpósio de Serviço Social na área Sóciojurídica do Amazonas com 118 participantes entre servidores do Tribunal, acadêmicos e profissionais da área interessados.

Capacitação para as Comarcas do Interior via Centro de Mídias (Seduc)

A capacitação dos servidores que atuam nas diversas Comarcas do Amazonas é realizada por intermédio do Programa de Capacitação a Distância para as Comarcas do Interior, em colaboração com o Centro de Mídias de Educação do Amazonas – CEMEAM, que disponibiliza estúdio com estrutura para gravação e transmissão de aulas para todos os 60 (sessenta) municípios do interior em que o Tribunal atua.

As aulas ocorrem na modalidade de telessala, com transmissões quinzenais e previamente agendadas, têm duração de 2 (duas) horas, incluindo o tempo para interatividade, no qual os servidores enviam as dúvidas por meio do chat e o professor responde ao vivo. Pelo ambiente virtual de aprendizagem da EASTJAM, os participantes podem tirar dúvidas e ter acesso aos conteúdos, manuais, procedimentos e legislações disponíveis no link http://ead.tjam.jus.br/moodle_eastjam/, bem como visualizar em qualquer tempo e lugar as tele aulas que estão disponíveis através da ferramenta Youtube.

Ao longo do ano foram certificados 162 (cento e sessenta e dois) participantes em ações de capacitação que abordaram o tema Infância de Juventude, além dos servidores do Tribunal, tiveram a participação de funcionários de Rede de Apoio (Psicólogos e Assistentes Sociais do CREAS e Conselheiros Tutelares), ampliando o alcance da qualificação ofertada. Dentre os objetivos do Programa está o fortalecimento institucional, a profissionalização e desenvolvimento profissional dos servidores que atuam no interior.

Curso de Formação Inicial para Estagiários

Realizada na modalidade semi-presencial, todos os estagiários admitidos por meio dos Processos Seletivos passaram por formação inicial antes do início de suas atividades. As capacitações para os estudantes abrangem conhecimentos de conteúdos básicos necessários ao início das atividades. Incluindo lei de estágio, a organização judiciária, sistemas utilizados pelo Tribunal, orientação sobre técnicas de resolução de conflitos e relacionamento interpessoal.

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

A Escola do Servidor, em parceria com o SISPEMEC (Sistema Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos), possibilitou a realização de 3 (três) turmas do Cursos de Formação para Conciliadores e Mediadores Judiciais com o fito de habilitar servidores e voluntários para a atuação efetiva nas ações judiciais em que são aplicadas as formas alternativas de resolução de conflitos.

A adoção das técnicas consensuais de resolução de conflitos tem por finalidade contribuir para a efetiva pacificação de conflitos, solução e prevenção de litígios, reduzindo a judicialização e facultando a modernização, rapidez e eficiência da Justiça.

Curso para Cumprimento de Diligências Judiciais

A Escola do Servidor disponibilizou em seu ambiente virtual de aprendizagem, o Curso de Habilitação para Cumprimento de Diligências Judiciais, na modalidade a distância, certificando ao longo do ano 93 (noventa e três) servidores para o cumprimento de atos de citação, notificação e intimação judicial, conforme Portaria nº 1268/2019 TJAM.

Sistema SOLAR-BPM

Para capacitar os servidores na utilização do novo sistema de controle de processos administrativos a escola do servidor realizou a Capacitação a distância e presencial na Solução para Gestão de Processos Administrativos – SOLAR BPM e o Workshop de implantação com a participação de 461 (quatrocentos e sessenta e um) servidores, que após as ações educativas atualizaram seus conhecimentos sobre o sistema, estando aptos a utilização adequada do novo sistema.

Tecnologia da Informação e Automação Judicial – SAJ e Projudi

Para os servidores que atuam na Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação foram realizados cursos nas seguintes temáticas: Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação, Auditoria da Tecnologia da Informação e Comunicação – TI, Curso Estruturando o projeto de conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como o oferecimento de cursos a distância, em diversas especificações da área de tecnologia.

Na perspectiva de impulsionar a padronização dos procedimentos das secretarias judiciais, e automatizar as movimentações processuais foram ministrados cursos de atualização no Sistema de Automação Judicial (SAJ) de 1º e 2º Grau e do Sistema Projudi. Os cursos abordaram dentre outros procedimentos a correta movimentação processual, a automatização, expedição de guias de recolhimento, citação e intimação, novos fluxos, bem como as funcionalidades essenciais do sistema.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Curso de Nivelamento para servidores do Poder Judiciário

A Escola do Servidor desenvolveu ações de incentivo e acompanhamento da capacitação ofertada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no Curso de Nivelamento para os Servidores do Poder Judiciário, cujo objetivo é proporcionar noções de gestão de pessoas e de gestão estratégica com enfoque no planejamento das metas nacionais construídas em conjunto por meio da rede de governança colaborativa. A capacitação ofertada no ambiente virtual de aprendizagem do CNJ foi dividida em seis módulos: O Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça; Gestão de Pessoas; Conhecimentos gerais sobre gestão estratégica e estratégia nacional; Indicadores do sistema de estatística do Poder Judiciário; Sustentabilidade no Poder Judiciário e Tabelas Processuais Unificadas. A participação do Tribunal de Justiça do Amazonas foi intensa e contou com a certificação de 1.798 (mil setecentos e noventa e oito) servidores.

Ações de Saúde e Qualidade de Vida e Responsabilidade Social

Buscando aprimorar o atendimento oferecido ao jurisdicionados e subsidiar ações e projetos, a Escola do Servidor em colaboração com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEPED realizou o Curso de Abordagem a Pessoa com deficiência que além de sensibilizar os servidores por meio de conteúdos teóricos proporcionou experiências práticas em situações simuladas.

No campo da Sustentabilidade a Escola do Servidor viabilizou ações de orientação acerca da coleta seletiva de resíduos, bem como a divulgação de cursos a distância, em parceria com outros órgãos.

A Escola do Servidor promoveu ação social com doação de 200 (duzentas) unidades de leite arrecadado na inscrição dos candidatos da Seleção Pública de Estágio em Direito e doadas ao Abrigo Moacir Alves e Cáritas Diocesana.

Nas ações de saúde e qualidade de vida, foi instituído o espaço de atendimento e escuta aos estagiários, possibilitando espaço terapêutico para auxiliar no enfrentamento das problemáticas de trabalho, incentivando a qualidade de vida.

2. Estágio

O Programa de Estágio do Tribunal de Justiça do Amazonas é coordenado pela EASTJAM, que realiza processos seletivos, admissão e acompanhamento dos estudantes das diversas áreas de conhecimento, para a capital e interior.

No ano de 2019, realizaram-se duas Seleções Públicas para estagiários de Direito no intuito de preencher as vagas disponíveis por termos de contrato. No primeiro semestre



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

foram 845 (oitocentos e quarenta e cinco) candidatos inscritos, e 134 (cento e trinta e quatro) aprovados. No segundo semestre tivemos 1.043 (um mil e quarenta e três) candidatos inscritos e 609 (seiscentos e nove) aprovados. Todos os estagiários classificados passaram por formação inicial antes do início de suas atividades. As capacitações para os estudantes abordaram conhecimentos sobre a lei de estágio, a organização judiciária, sistemas utilizados pelo Tribunal, orientação sobre técnicas de resolução de conflitos e relacionamento interpessoal.

Os processos seletivos para outras áreas de nível superior como Administração, Arquivologia, Arquitetura, Contabilidade, Engenharia, Enfermagem, Informática, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, que consistem em prova online e entrevistas, foram realizadas no decorrer do ano, conforme a necessidade de preenchimento de vagas.

Nos municípios do interior foram firmados termos de compromisso de estágio com estudantes de nível médio, também oriundo de Seleção Pública em parceria com a Secretaria de Educação (SEDUC) nas diversas comarcas, para oportunizar o aprendizado e a inserção no mercado de trabalho.

Foram preenchidas 426 (quatrocentos e vinte e seis) vagas de estágio para o curso de Direito, 137 (cento e trinta e sete) vagas de estágio em outras áreas de nível superior, e 62 (sessenta e duas) vagas de nível médio nas comarcas do interior, totalizando 625 (seiscentos e vinte e cinco) admissões de estudantes com vinculação educativo-profissionalizante.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Várias ações são executadas para o aperfeiçoamento da estrutura de tecnologia de informação e comunicação, seguem abaixo as principais ações desenvolvidas ao longo do ano de 2019 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Janeiro:

- Início do projeto-piloto de videoconferência entre as unidades prisionais do Estado com participação da Vara de Execuções Penais e 3ª Vara de Combate ao Uso e Tráfico de Entorpecentes;
- Mapeamento e modelagem dos fluxos de processos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação – DVTIC (Infraestrutura).

Fevereiro:

- Implantação da Política de Segurança da Informação;
- Lançamento de melhorias e atualizações de segurança no portal de intranet;
- Atualização do Painel de Metas Nacionais do CNJ, ferramenta de B.I. para controle de dados estatísticos;
- Aquisição de 50 leitores de código de barras.

Março:

- Início do Projeto INTEGRA-TJAM visando melhorar o controle de acesso e monitoramento com implantação de CFTV e central de monitoramento;
- Renovação das licenças de anti-vírus do parque computacional do TJAM;
- Ações de Apoio na I Semana da Paz em Casa – 2019 – Violência Doméstica;
- Capacitação na ferramenta de monitoramento Zabbix, aumentando a capacidade de identificação de incidentes.

Abril:

- Implantação do Sistema GLPI/Helpdesk, unificando as solicitações de TI, Manutenção e Patrimônio em uma só ferramenta;
- Criação de Painéis de Indicadores Estatísticos e Geográficos para o acompanhamento da Produtividade dos Servidores em Teletrabalho.

Maior:

- Ampliação do escopo do Projeto INTEGRA-TJAM visando agregar o uso de tecnologias de reconhecimento facial no monitoramento e controle de acesso;
- Melhorias internas na infraestrutura de TI, possibilitando maior controle de todo o tráfego interno e externo dos dados do Tribunal;
- Ações de Apoio na I Semana Estadual do Júri 2019.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Junho:

- Inauguração das novas instalações do Data Center secundário (Site Backup Henocho Reis), provendo maior segurança aos dados institucionais;
- Capacitação em Auditoria de TIC, visando melhorar práticas de governança e segurança da informação;
- Integração PROJUDI / SAJ para envio de recursos das comarcas do interior para o Tribunal de Justiça;
- Aditivo contratual para instalação de mais 5 antenas para comunicação satelital nos municípios de Amaturá - Manacapuru - Marã - Novo Airão e Tonantins.

Julho:

- Desenvolvimento do Projeto Manaós: Capacitação e Consultoria de todas as unidades judiciais da capital e Iranduba, visando melhoria continuada de indicadores de produtividade;
- Mapeamento e modelagem dos fluxos de processos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação – DVTIC (Suporte);
- Ações de Apoio na II Semana da Paz em Casa – 2019 – Violência Doméstica;
- Aquisição de 40 notebooks para uso em ações externas: Justiça Itinerante correições, mutirões, suporte TIC e Capacitações;
- Ações de Apoio na II Semana Estadual do Júri 2019.

Agosto:

- Extensão contratual para evolução, suporte e sustentação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) por mais 12 meses;
- Lançamento de melhorias e atualizações de segurança no portal tjam.jus.br;
- Mapeamento e modelagem dos fluxos de processos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação – DVTIC (Sistemas).

Setembro:

- Implantação do Sistema de Controle de Processos Administrativos, possibilitando maior segurança na tramitação da documentação na esfera não-judicial;
- Capacitação em Lei Geral de Proteção de Dados, visando melhorar práticas de governança e segurança da informação;
- Atualização da plataforma SAJ Insights, ferramenta de B.I. para controle de dados estatísticos de 1º e 2º Graus;
- Implantação de totens de registro biométrico para controle de apenados.

Outubro:



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

- Aquisição de 350 monitores para uso como tela auxiliar (complementação dos 350 computadores adquiridos no ano anterior sem o segundo monitor);
- Vinculação do TJAM à Central Nacional de Indisponibilidades (CNIB) possibilitando maior controle acerca dos bens envolvidos em restrições judiciais;
- Celebração de Contrato de outsourcing de impressão abrangendo as comarcas do interior do Estado (formação de ata para 478 equipamentos);
- Integração PROJUDI / SAJ para envio de recursos das comarcas do interior para as Turmas Recursais;
- Ações de Apoio na III Semana Estadual do Júri 2019.

Novembro:

- Ações de apoio para a Semana Nacional da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça;
- Lançamento do novo sítio da Escola da Magistratura do Amazonas, com apoio na construção da revista digital acadêmica;
- Ações de Apoio na III Semana da Paz em Casa – 2019 – Violência Doméstica;
- Ações de Apoio no Mês Nacional do Júri – 2019 – Femicídio.

Dezembro:

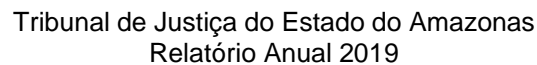
- Implantação do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP) na Divisão de Recursos Humanos, trazendo maior controle sobre a vida funcional de servidores e magistrados;
- Aquisição de 800 computadores com monitor auxiliar visando renovação do parque computacional das comarcas do interior do estado.

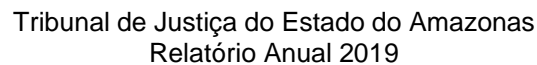
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE ENGENHARIA

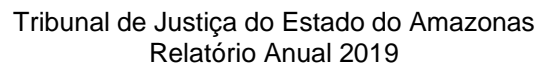


Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Ao longo de 2019, várias ações foram executadas para o aperfeiçoamento da estrutura física das unidades que compõem o Tribunal de Justiça do Amazonas. Seguindo as atribuições básicas do setor de planejar e orientar os serviços a serem desenvolvidos, nortear as prioridades nos diversos serviços em desenvolvimento, evitando desperdício de mão de obra, de material e de tempo e organizar o plano de obras, as seguintes obras e reformas foram realizadas e concluídas em 2019 e outras seguem pelo ano subsequente.

34

35

36



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

			OBRAS DE PEQUENO PORTE	R\$ 510.219,59		TOTAL DO VALOR DE OBRAS	R\$ 23.669.668,45										
			OBRAS DE MÉDIO PORTE	R\$ 5.621.419,70		COMPRAS	R\$ 3.147.544,35										
			OBRAS DE GRANDE PORTE	R\$ 17.538.029,16		TOTAL DO VALOR ESTIMADO	R\$ 26.817.212,80										



AS AÇÕES DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA é composta dos seguintes setores:

- I – Setor de Compras;
- II – Setor de Apoio Operacional;
- III – Central de Transportes e Manutenção.

Compete ainda à DVIL gerenciar os registros formais de preços, por meio da função de Gestor de Atas de Registro de Preços, subordinada diretamente à diretoria da DVIL.

1. SETOR DE COMPRAS

São atribuições do **Setor de Compras**:

I - Receber os pedidos de aquisições de bens e serviços dos diversos setores, analisando o objeto, especificação e quantidade, encaminhando-os à Divisão de Orçamento e Finanças, para verificação de dotação orçamentária e posterior autorização da despesa pelo ordenador da despesa;

II - Realizar, no mercado, pesquisa de preços de bens ou serviços, para efeito de elaboração de projeto básico ou de compra ou contratação direta, dependendo do valor;

III - Elaborar os termos de referência para os processos licitatórios, com base nas informações contidas nos pedidos e no projeto básico, quando houver;

IV - Prestar as informações requeridas pelos fornecedores, relativas às declarações e certidões fiscais, receber e encaminhar documentos para atesto aos setores solicitantes e formalizar os processos de pagamento, com juntada de nota de empenho e fiscal;

V - Manter sempre atualizado o registro cadastral de fornecedores, de modo a facilitar futuras cotações de preço, no mercado;

VI - Elaborar manual de normas e procedimentos, visando garantir melhores preços e vantagens no processo de aquisição de bens e serviços;

VII - Elaborar relatórios estatísticos mensais de compra e publicar em meio eletrônico;

VIII- Realizar e executar outras atividades afins, relacionadas às suas atribuições.

O Setor de Compras desenvolveu em 2019 as seguintes atividades operacionais:

- a. Elaboração de 10 termos de Referência de Dispensa de Licitação;
- b. Elaboração de 08 termos de Referência para licitação;
- c. Preparação de 26 processos de dispensa de licitação;
- d. Preparação de 11 processos de inexigibilidade de licitação;
- e. Preparação de 68 processos de licitação;
- f. Preparação de 49 processos de termo aditivo de contrato (TACT);



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

2. SETOR DE APOIO

- I - Verificar e acompanhar e controlar os serviços de conservação, limpeza e jardinagem prestados pelas empresas contratadas;
- II - Organizar, executar e controlar os processos de solicitação e de formalização de pagamento de passagens e diárias de magistrados e servidores, bem como os de inscrição em cursos ou palestras;
- III - Organizar, acompanhar e fiscalizar os serviços de recepção ao público no prédio-sede do Poder Judiciário;
- IV - Realizar e executar outras atividades afins, relacionadas às suas atribuições.

O Setor de apoio desenvolveu em 2019 as seguintes atividades operacionais:

- a. Gerência e/ou Fiscalização dos Contratos
 - i. Limpeza e Conservação do Edif Des. Arnaldo Peres – CT 41/2015;
 - ii. de Hospedagem – CT 18/2019;
 - iii. Serviço de Correios – CT 07/2017;
 - iv. Fornecimento de Água Mineral – CT 20/2019;
 - v. Serviço de Publicação – CT 33/2018;
 - vi. Serviço de Abastecimento da Aeronave do TJAM – CT 01/2019;
 - vii. Serviço de fornecimento de passagens aéreas – CT 09/2019.
- b. Gerenciamento dos contratos de aluguel das comarcas de JUTAÍ, BORBA e BOCA DO ACRE;
- c. Gerenciamento dos contratos de limpeza e conservação – CT 25/2015, CT 18/2018, CT 40/2015, CT 05/2018 e CT 44/2015;
- d. Gerenciamento do contrato de fornecimento de alimentação do júri – CT 25/2019;
- e. Operacionalização da emissão de 699 bilhetes de passagem por meio de contrato administrativo com empresa especializada;
- f. Análise de 477 processos de prestação de contas de pagamento de diárias e emissão de passagens;
- g. Gerenciamento e operacionalização de 477 processos de deslocamento de servidores e magistrados do TJAM;
- h. Gerenciamento e operacionalização de 58 processos de hospedagem junto a empresa contratada.

3. CENTRAL DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO

A Central de Transportes e Manutenção, vinculada à estrutura da Divisão de Logística e Infraestrutura e subordinada à Secretaria-Geral de Administração, com as seguintes atribuições:

- I - Planejamento, coordenação, organização, controle e execução das atividades relativas ao transporte rodoviário e aeroviário dos membros e servidores bem como de outras autoridades;
- II - Controle da manutenção preventiva e corretiva dos meios de transporte alocados à Central, bem como do consumo de combustíveis, lubrificantes, materiais, peças, acessórios e sua utilização;



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

III - controle permanente da documentação de pessoal, pilotos e motoristas efetivos e terceirizados, bem como das aeronaves e dos veículos, com vistas ao atendimento das prescrições legais

IV - Promoção de condições de conservação dos recursos materiais e dos meios de transporte, bem como, de sua segurança;

V - Manutenção de informações, mediante contatos com os órgãos responsáveis, sobre as condições de utilização das aeronaves e dos campos de pouso, visando propiciar maior segurança nas operações de voo;

VI - Articulação, com o órgão responsável, na elaboração de contratos de prestação de serviços e de convênios de manutenção e de utilização das aeronaves e veículos;

VII - expedição de ordens de missão de voo e de movimentação de veículos, apresentado os respectivos relatórios e diários de voos.

VIII - relacionamento com as autoridades do Ministério da Aeronáutica, em nível regional;

IX - Articulação com o órgão responsável oficial para a locação e a requisição dos meios de transportes rodoviários, sempre que extrapolada a capacidade da unidade;

X - Manutenção de registro estatístico das operações de voo e emprego de veículos e, dos serviços de manutenção;

XI - coordenação do emprego de recursos humanos e materiais para a realização de atividades aéreas de interesse do Poder Judiciário, inclusive vôos de treinamento e reavaliação de pilotos de manutenção;

XII - verificação das condições das pistas de pouso e horários de operação, junto aos aeroportos, bem como o apoio necessário e auxílio à navegação realizado por empresas especializadas;

XIII - coordenação da execução de programas de treinamento de interesse restrito para o seu campo de atuação;

XIV - desempenho de outras atividades correlatas.

A Central de Transportes e Manutenção desenvolveu em 2019 as seguintes atividades operacionais:

- a. Manutenção da frota de 108 veículos do TJAM por meio do contrato de Manutenção de Veículos – CT 14/2018;
- b. Controle e Fiscalização de abastecimento de combustível dos veículos e geradores do TJAM por meio do contrato CT 16/2017;
- c. Fiscalização do Contrato de Manutenção dos Veículos do TJAM;
- d. Traslado de autoridades e suas comitivas em visita ao TJAM;
- e. Gerencia, Controle e Acompanhamento dos 13 voos realizados pela aeronave do TJAM.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

- f. Fiscalização do Serviço de Manutenção de Aeronaves.
- g. Fiscalização do contrato de seguro dos veículos do TJAM – CT 26/2018 e 30/2018;
- h. Fiscalização do contrato de seguro dos veículos do TJAM – CT 04/2019;
- i. Fiscalização do contrato de serviço de terceirização de mão de obra (motoristas) – CT 08/2019;

4. GESTOR DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

São atribuições do **Gestor de Atas de Registros de Preços**:

- I - Organizar, gerenciar e controlar a execução das Atas de Registros de Preços, oriundas de processos licitatórios realizados pela Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça do Amazonas, ou provenientes de autorização de adesão por outros órgãos da administração pública;
- II - Pesquisar Atas de Registros de Preços de outros órgãos da administração pública para aquisição de material e serviços, cujos preços sejam economicamente vantajosos para o Tribunal de Justiça;
- III - Publicar as Atas de Registro de Preços no quadro de avisos ou em meio eletrônico;
- IV - Formalizar os pedidos de entrega de material ou execução de serviço às empresas que tenham seus produtos ou serviços registrados em Atas de Registro de Preço;
- V - Auxiliar a Comissão de Licitação, prestando as informações requeridas pertinentes aos materiais e serviços registrados em Atas de Registro de Preços;

VI - Realizar e executar outras atividades afins, relacionadas às suas atribuições.

A função de Gestor de Atas de Registro de preços desenvolveu em 2019 as seguintes atividades operacionais:

- a. Processos de adesão a atas de registro de preços em que o TJAM é o gestor: 78
- b. Processos de adesão em que o TJAM pegou CARONA em ata de registro de preços de outros órgãos: 05
- c. Processos de adesão por CARONA a atas de registro de preços em que o TJAM é o gestor, autorizadas a outros órgãos: 19



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

AS AÇÕES DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

No decorrer do ano de 2019, esta Divisão de Patrimônio e Material realizou diversas atividades de competência deste setor para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Dentre as atividades de responsabilidade desta Divisão, a principal é o atendimento da demanda desta corte com relação à aquisição de itens permanentes e de consumo. Para o atendimento desse quesito é necessária a execução das tarefas listadas na tabela:

Principais Competências do Setor de Patrimônio

1. Recebimento de materiais permanentes analisando criteriosamente se está de acordo com a proposta ofertada durante a fase de licitação.
2. Lançamento de bens permanentes no sistema AJURI.
3. Tombamento de materiais novos recebidos.
4. Realização de transferência sistematicamente (AJURI) de materiais permanentes.
5. Realização de inventário semanal de materiais sensíveis a furtos ou perdas.
6. Atualização de cadastro de usuários AJURI.
7. Recolhimento de materiais permanentes devolvidos de todas as varas/setores (interior - portos).
8. Atendimento de pedido de materiais via helpdesk
9. Realização de entrega de bens permanentes nos Fóruns da Capital.
10. Elaboração de Termo de Referência para formalização de Ata de Registro de Preços.
11. Elaboração de Termo de Referência para aquisição através de adesão à ARP.
12. Elaboração de Termo de Referência para aquisição direta de equipamentos e materiais.
13. Realização de atesto de materiais para pagamento.

Principais Competências do Setor de Almoxarifado

1. Examinar, conferir e receber o material adquirido de acordo com as Notas de Empenho, podendo, quando for o caso, solicitar o exame dos setores técnicos requisitantes ou especializados.
2. Conferir os documentos de entrada de material, e liberar as Notas Fiscais para pagamento.
3. Atender as requisições de materiais de todos os Fóruns sendo eles da Capital e do Interior.
4. Controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais sob sua guarda.
5. Realizar o balanço mensal de atividades fornecendo dados para a contabilidade.
6. Organizar o Almoxarifado de forma a garantir o armazenamento adequado, e a segurança dos materiais em estoque.
7. Fazer ocorrência de mercadorias entregues em desacordo com o empenho.
8. Realizar o inventário anual.
9. Executar outras atividades inerentes à sua área de competência
10. Quantidade de pedidos atendidos 3.962
11. Acuracidade de material controlado em sistema (AJURI) 1.433.383
12. Acuracidade de material no físico no Almoxarifado 1.433.383
13. Suporte à licitação de equipamentos e materiais, arquivar documentos, consultar processos, conferência diária de saídas de material, conferência na contagem de itens no estoque.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

No **exercício de 2019**, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) processou 59 (cinquenta e nove) procedimentos licitatórios, sendo: **54** (cinquenta e quatro) Pregões Eletrônicos, **01** (uma) Concorrência e **04** (quatro) Tomada de Preços dos quais **41** (quarenta e um) foram homologados, **07** (sete) fracassados, **04** (quatro) revogados, **01** (um) cancelado, **02** (dois) suspensos e **04** (quatro) estão em andamento. Dentre os pregões homologados 15 (quinze) itens e 22 (vinte e dois) grupos foram fracassados e 04 (quatro) itens desertos.

Nas páginas a seguir serão relacionadas algumas das informações dos procedimentos licitatórios concluídos.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 001/2019	2018/26538	Contratação de empresa para o fornecimento de mão-de-obra de apoio operacional – motoristas , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência do Edital.	1.942.562,40	1.604.484,00	HOMOLOGADO
PE 002/2019	2018/22461	Contratação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem , para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	289.269,60	232.200,00	HOMOLOGADO
PE 003/2019	2018/28531	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	1.900.826,93	9,84	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 004/2019	2018/20120	<p>Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos Diversos para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.</p>	G1 – 104.195,20 G2 – 87.263,20 G3 – 14.834,00 G4 – 74.441,90 G5 – 14.949,92 G6 – 3.701,00 G7 – 4.565,30 G8 – 89.825,20 G9 – 17.275,20 I29 – 11.066,40 I30 – 10.310,40 I31 – 74.768,00 I32 – 831.340,00 I33 – 841,60 I34 – 16.763,30 I35 – 16.390,80 I36 – 16.232,00 I37 – 32.042,00 I38 – 53.120,00 I39 – 252.799,80 I40 – 4.564,60 I41 – 31.676,60 I42 – 1.709,60 I43 – 42.600,00	G1 – - G2 – - G3 – 13.038,00 G4 – 54.738,00 G5 – - G6 – - G7 – 4.193,10 G8 – - G9 – - I29 – 9.560,00 I30 – 10.231,05 I31 – - I32 – 831.340,00 I33 – - I34 – 16.490,00 I35 – - I36 – - I37 – - I38 – - I39 – - I40 – - I41 – 31.520,20 I42 – - I43 – 42.400,00	G1 – FRACASSADO G2 – FRACASSADO G3 – HOMOLOGADO G4 – HOMOLOGADO G5 – FRACASSADO G6 – FRACASSADO G7 – HOMOLOGADO G8 – FRACASSADO G9 – FRACASSADO I29 – HOMOLOGADO I30 – HOMOLOGADO I31 – FRACASSADO I32 – HOMOLOGADO I33 – DESERTO I34 – HOMOLOGADO I35 – FRACASSADO I36 – FRACASSADO I37 – FRACASSADO I38 – FRACASSADO I39 – FRACASSADO I40 – DESERTO I41 – HOMOLOGADO I42 – DESERTO I43 – HOMOLOGADO
PE 005/2019	2018/14566	<p>Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Segurança para restrição de acesso, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.</p>	I1 – 352.800,00 I2 – 171.600,00 I3 – 168.000,00 I4 – 13.800,00	-	SUSPENSO
PE 006/2019	2018/19857	<p>Registro de preços para eventual aquisição de claviculários e prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de todo material e mão de obra necessários à execução dos serviços, para suprir as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.</p>	G1 – 47.000,00 G2 – 41.959,70	G1 – - G2 – 37.899,90	G1 - FRACASSADO G2 - HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 007/2019	2018/20223	Registro de Preços para eventual fornecimento de bombas de água para atender o Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações determinadas no Termo de Referência do Edital	G1 – 64.114,90 G2 - 42.230,49 G3 - 3.892,96	G1 - - G2 – 41.905,00 G3 – 3.892,96	G1 - FRACASSADO G2 - HOMOLOGADO G3 - HOMOLOGADO
PE 008/2019	2018/4419	Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente para atender o Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações determinadas no Termo de Referência do Edital	G1 - 264.689,50 G2 - 101.221,30 G3 - 126.674,50 G4 - 18.434,00 G5 - 54.408,00 G6 - 366.482,00 G7 - 26.418,00 G8 - 4.287,23 G9 - 4.340,00 G10 - 7.896,40 G11 - 51.808,00 G12 - 4.676,20 G13 - 45.080,40 G14 - 104.787,50	G1 - 221.449,50 G2 - 90.312,80 G3 - 93.354,50 G4 - 16.121,50 G5 - 23.555,00 G6 - 354.946,00 G7 - 26.180,00 G8 - 4.030,93 G9 - 1.660,00 G10 - - G11 - 35.788,00 G12 - 4.611,00 G13 - - G14 - -	G1 – HOMOLOGADO G2 – HOMOLOGADO G3 – HOMOLOGADO G4 – HOMOLOGADO G5 – HOMOLOGADO G6 – HOMOLOGADO G7 – HOMOLOGADO G8 – HOMOLOGADO G9 – HOMOLOGADO G10 - FRACASSADO G11 - HOMOLOGADO G12 - HOMOLOGADO G13 - FRACASSADO G14 - FRACASSADO
PE 009/2019	2019/381	Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação de receitas públicas, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas conforme condições e especificações definidas no Termo de Referência do Edital.	1.459.620,00	1.287.900,00	HOMOLOGADO
PE 011/2019	2018/15624	Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, na modalidade local e longa distância VC1, VC2 e VC3, compreendendo as ligações do tipo MÓVEL-MÓVEL e MÓVEL-FIXO e serviço de pacotes de dados com SMS (Serviço de Mensagem de Texto) com o fornecimento de aparelhos, em REGIME DE COMODATO, habilitados no plano pós-pago, com chip e área de registro na cidade de Manaus, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	101.696,88	-	FRACASSADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 012/2019	2018/20404	Registro de preços para eventual aquisição de material gráfico e comunicação visual para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	G1 – 220.081,00 G2 – 113.662,00 G3 – 39.840,00 G4 – 173.400,00 G5 – 39.138,00 G6 – 91.686,25 G7 – 9.948,40 G8 – 18.616,00 G9 – 4.500,00 I57- 206.940,00 I58 – 59.000,00 I59 – 52.100,00 I60 – 4.000,00 I61 – 18.000,00 I62 – 23.900,00 I63 – 18.000,00 I64 – 23.500,00 I65 – 58.710,00	G1 – 101.378,70 G2 – 101.400,00 G3 – 39.802,00 G4 – 33.700,00 G5 – 23.642,00 G6 – 66.500,00 G7 – 7.911,20 G8 – 15.516,00 G9 – I57- 136.700,00 I58 – 42.800,00 I59 – 48.700,00 I60 – 2.998,00 I61 – I62 – 18.000,00 I63 – 2.800,00 I64 – 13.980,00 I65 – 50.010,00	G1 - HOMOLOGADO G2 - HOMOLOGADO G3 - HOMOLOGADO G4 - HOMOLOGADO G5 - HOMOLOGADO G6 - HOMOLOGADO G7 - HOMOLOGADO G8 - HOMOLOGADO G9 - FRACASSADO I57- HOMOLOGADO I58 - HOMOLOGADO I59 - HOMOLOGADO I60 - HOMOLOGADO I61 - FRACASSADO I62 - HOMOLOGADO I63 - HOMOLOGADO I64 - HOMOLOGADO I65 - HOMOLOGADO
PE 013/2019	2018/33092	Registro de Preços para eventual fornecimento de Persianas com serviço de Instalação, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	I1 - 676.657,00 I2 – 816.655,00 I3 – 128.000,00	I1 - 192.850,00 I2 – 232.750,00 I3 – 63.936,00	HOMOLOGADO
PE 014/2019	2019/3541	Registro de preços para eventual fornecimento de computadores portáteis (notebooks) para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	I1 – 285.213,72 I2 – 807.300,00	I1 - 285.213,72 I2 - -	I1 - HOMOLOGADO I2 - FRACASSADO
PE 015/2019	2018/32956	Registro de Preços para eventual fornecimento de Material Elétrico , para atender o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por um período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência do Edital.	G1 – 626.531,50 G2 – 51.432,52 G3 - 188.956,16 G4 – 30.274,20 G5 - 232.269,50 G6 – 17.681,96	G1 - 348.675,00 G2 - - G3 - 116.306,26 G4 - - G5 - 114.135,50 G6 - -	G1 - HOMOLOGADO G2 - FRACASSADO G3 - HOMOLOGADO G4 - FRACASSADO G5 - HOMOLOGADO G6 - FRACASSADO
PE 016/2019	2018/33028	Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de ornamentação , para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	G1 - 81.916,25 G2 - 99.521,90 G3 - 64.011,45	G1 – 81.250,00 G2 – 98.700,00 G3 – 63.249,50	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 017/2019	2018/7009	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte de cargas (materiais permanentes e de consumo), nas Varas e Juizados Estatizados nos municípios do estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	2.022.450,00	1.347.800,00	HOMOLOGADO
PE 018/2019	2018/25229	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia sob demanda, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital.	4.497.255,34	2.849.594,61	HOMOLOGADO
PE 019/2019	2018/12307	Contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de hospedagens em hotel, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme condições e especificações definidas no Termo de Referência do Edital.	112.506,25	106.952,75	HOMOLOGADO
PE 020/2019	2018/33611	Aquisição de Diploma e porta diploma da Ordem do Mérito Judiciário para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, conforme especificações e condições do Termo de Referência do Edital.	5.399,20	-	FRACASSADO
PE 021/2019	2018/33336	Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição preparada para os participantes das Varas do 1º, 2º e 3º Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	597.851,50	461.298,78	HOMOLOGADO
PE 022/2019	2019/3081	Registro de Preços para eventual fornecimento de película adesiva de controle solar (insulfilm), com serviço de aplicação e remoção de películas existentes, se necessário, para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por um período de 12 (doze) meses.	217.455,00	127.330,00	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 023/2019	2018/30468	Registro de Preços para eventual fornecimento de Extintores, serviço de recarga de extintores e materiais para combate a incêndio para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	G1 – 187.622,25 G2 – 107.370,00 G3 – 173.148,80 G4 – 23.540,00 G5 – 34.156,00	G1 - - G2 - - G3 - - G4 – 8.477,60 G5 – 10.060,00	G1 - FRACASSADO G2 - FRACASSADO G3 - FRACASSADO G4 - HOMOLOGADO G5 - HOMOLOGADO
PE 024/2019	2019/13579	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia relacionados a execução das adequações civis, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	192.802,78	141.027,88	HOMOLOGADO
PE 025/2019	2017/12948	Registro de Preços para eventual fornecimento de Material de Engenharia (hidrossanitário), para atender o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	G1 – 195.485,60 G2 – 114.447,50 G3 – 285.741,80 G4 – 23.293,00	G1 – 87.107,40 G2 – 92.158,30 G3 – 285.741,80 G4 – 14.258,00	HOMOLOGADO
PE 026/2019	2019/8242	Registro de Preços para eventual fornecimento de 4.000 (quatro) mil licenças adicionais de software de antivírus Kaspersky, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	307.320,00	238.800,00	HOMOLOGADO
PE 027/2019	2019/5977	Aquisição de Tapetes Personalizados (Fibra sintética vinílica, emborrachado (entrelaçado), vulcanizado, estampado com a logo e letras do TJAM), para atender aos prédios do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições do Edital.	30.094,95	18.620,02	HOMOLOGADO
PE 028/2019	2018/32906	Registro de preços para eventual fornecimento de toner e cartucho de tinta , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	180.880,95	145.661,40	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 029/2019	2019/6381	Registro de Preços para eventual fornecimento de equipamentos de ar-condicionado do tipo split , para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	G1 – 798.511,70 G2 – 1.225.267,10	G1 – 635.515,00 G2 - -	G1 - HOMOLOGADO G2 - FRACASSADO
PE 030/2019	2019/11393	Registro de Preços para solução de terceirização de impressão, compreendendo locação de impressoras multifuncionais e plotter, em regime de comodato, dos equipamentos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva com a substituição de peças e fornecimento de suprimentos, exceto papel, para atender às necessidades setoriais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme condições, especificações e quantidades relacionadas no termo de referência do Edital	2.088.000,00	1.046.400,00	HOMOLOGADO
PE 031/2019	2019/14590	Contratação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem , para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	385.202,04	331.644,00	HOMOLOGADO
PE 032/2019	2019/12781	Registro de preços para eventual fornecimento de Lixeiras de Resíduos Recicláveis para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	673.043,02	320.300,44	HOMOLOGADO
PE 033/2019	2019/3100	Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviço de locação de equipamentos de recreação infantil (cama elástica, piscina de bolinha, touro mecânico e escorregador inflável), com monitores para controle e acompanhamento, para eventos futuros a serem realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	23.202,40	20.702,00	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 034/2019	2019/8802	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de licenciamento e outorga para regularização de uso dos recursos hídricos (poços artesianos) , incluindo análises, testes, medições e adequações civis necessárias, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	133.180,00	87.500,00	HOMOLOGADO
PE 035/2019	2018/21285	Registro de preços para eventual fornecimento de mobiliários diversos (cadeira tipo dior, estante de aço, cabideiro em madeira, cabideiro tipo arara, cabide tipo gancho, gancho metálico, mastro para bandeira e arranjos artificiais), para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	I1 - 63.491,00 I2 - 198.156,00 I3 - 8.254,60 I4 - 100.900,00 I5 - 1.100,00 I6 - 59.100,30 I7 - 235.000,00 I8 - 162.500,00	I1 - 44.000,00 I2 - 150.378,00 I3 - - I4 - 95.386,00 I5 - - I6 - 53.459,10 I7 - 225.000,00 I8 - 150.000,00	I1 - HOMOLOGADO I2 - HOMOLOGADO I3 - FRACASSADO I4 - HOMOLOGADO I5 - FRACASSADO I6 - HOMOLOGADO I7 - HOMOLOGADO I8 - HOMOLOGADO
PE 036/2019	2019/8229	Registro de preços para eventual fornecimento de no-breaks e baterias para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	679.633,20	-	FRACASSADO
PE 037/2019	2019/19655	Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral ou potável natural de mesa, sem gás, acondicionada em garrafas descartáveis de 350 (trezentos e cinquenta) ml e garrafas de 20 (vinte) litros, estes fornecidos em REGIME de COMODATO, com serviço de entrega, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	228.538,30	-	FRACASSADO
PE 038/2019	2018/19857	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de chaveiro , com fornecimento de todo material e mão de obra necessários à execução dos serviços, para suprir as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por um período de 12 (doze) meses.	46.505,50	46.000,00	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 039/2019	2019/15979	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, do sistema de ar condicionado tipo Multi Split com tecnologia Inverter Fluxo de Refrigerante Variável marca LG, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	299.862,07	250.000,00	HOMOLOGADO
PE 040/2019	2019/18629	Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos diversos para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	G1- 143.599,00 G2- 86.917,00 G3- 29.351,86 G4- 4.228,50 G5- 32.905,95 G6- 2.221,08 I18- 107.198,00 I19- 2.603,50 I20- 40.952,40 I21- 272.075,60 I22- 1.823,40 I23- 5.853,90 I24- 10.560,00 I25- 9.040,50	G1 - 107.880,00 G2 - - G3 - 14.064,26 G4 - 4.228,10 G5 - - G6 - - I18 - 95.596,00 I19 - - I20 - - I21 - 270.000,00 I22 - - I23 - 4.900,00 I24 - 9.086,00 I25 - -	G1- HOMOLOGADO G2- FRACASSADO G3 -HOMOLOGADO G4 -HOMOLOGADO G5 -FRACASSADO G6 -FRACASSADO I18 -HOMOLOGADO I19 -FRACASSADO I20 -FRACASSADO I21 -HOMOLOGADO I22 -DESERTO I23- HOMOLOGADO I24 -HOMOLOGADO I25 -FRACASSADO
PE 041/2019	2019/11759	Registro de preços para implantação de 20 (vinte) ambientes seguros móveis , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	20.346.973,40	-	REVOGADO
PE 042/2019	2018/30387	Registro de preços para eventual fornecimento de ativos de rede , incluindo switches, conversores ópticos e aplicativos de interconectividade, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	5.474.920,00	5.061.240,00	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 043/2019	2019/19460	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para Execução de gradil e portão de ferro para isolamento e controle da área de passagem dos detentos no Fórum Henoch Reis, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	65.173,40	48.495,00	HOMOLOGADO
PE 044/2019	2019/4254	Contratação de serviços de limpeza e conservação para unidades do TJAM, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	1.055.128,20	-	SUSPENSO – RETIFICAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA
PE 045/2019	2018/23898	Registro de Preços para eventual fornecimento de Carteira Funcional de Magistrados , para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	54.670,00	-	FRACASSADO
PE 046/2019	2018/12891	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado tipo VRF (variable refrigerante flow) no Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários para execução do objeto, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	99.162,98	-	FRACASSADO
PE 047/2019	2019/206	Aquisição de smartphones e tablets para o desenvolvimento, testes e validação das aplicações móveis e também para a modernização da navegação e instrumentalização aérea da aeronave deste Poder, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	20.316,22	19.060,46	HOMOLOGADO
PE 048/2019	2019/16544	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de Manutenção Preventiva Trimestral e Corretiva, com fornecimento de peças sob demanda, em 11 (onze) portas giratórias detectoras de metais , abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas, e materiais de consumo, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	121.492,65	-	FRACASSADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 049/2019	2019/19205	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia relacionados à execução das adequações civis dos sistemas de proteção e combate a incêndio , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme descrito no Edital.	232.767,09	168.449,51	HOMOLOGADO
PE 050/2019	2019/21739	Registro de Preços para eventual fornecimento de açúcar e café com o fito de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pelo período de 12 (doze) meses.	I1- 2.180,00 I2- 7.010,00	I1- - I2- 7.010,00	I1 - FRACASSADO I2 - HOMOLOGADO
PE 051/2019	2018/20404	Registro de preços para eventual fornecimento de material gráfico e comunicação visual para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	G1 - 2.986,00 I3 - 23.334,00	G1 - 1.758,00 I3 - -	G1 - HOMOLOGADO I3 - FRACASSADO
PE 071/2018	2018/7009	Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte de cargas (materiais permanentes e de consumo), nas Varas e Juizados Estatizados nos municípios do estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.	2.022.450,00	-	REVOGADO
PE 073/2018	2018/4419	Registro de preços para eventual aquisição de materiais de expediente para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	1.324.616,83	-	CANCELADO IRP



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PE 074/2018	2018/21777	Contratação da assinatura das licenças do sistema gerenciador de banco de dados "IBM DB2 Advanced Enterprise Server Edition", ferramenta de consolidação de backup do DB2 e suporte e subscrição de 12 meses, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do Edital.	1.378.197,80	-	REVOGADO
PE 065/2017	2017/17706	Contratação de empresa especializada em locação de máquinas copiadoras , em regime de comodato, incluindo a instalação, manutenções preventiva e corretiva, treinamento quanto ao uso dos equipamentos, bem como o fornecimento de papéis e insumos, com franquias de cópias mensal, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital.	75.000,00	-	REVOGADO
CONCORRÊNCIA	PROCESSO ADM.	OBJETO	ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	STATUS
CC 001/2019	2018/29760	Contratação de empresa especializada para a construção do Fórum da Comarca de Carauari , conforme especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico do Edital.	4.380.998,96	-	EM ANDAMENTO – FASE RECURSAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO	PROCESSO ADM.	OBJETO	ESTIMADO(R\$)	CONTRATADO (R\$)	STATUS



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

TP 001/2019	2019/18209	Contratação de empresa especializada em obra civil com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, para atender as necessidades de construção e ampliação de um novo estacionamento no Edifício Desembargador Arnoldo Peres, situado na capital, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do Edital.	2.392.369,81	-	EM ANDAMENTO – FASE DE ACEITABILIDADE DE PROPOSTA
TP 002/2019	2019/8178	Contratação de empresa especializada para a reforma nas dependências do Fórum de Justiça Doutor Giovanni Figliuolo na Comarca do município de Manacapuru , conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do Edital.	756.694,07	-	EM ANDAMENTO – FASE RECURSAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
TP 003/2019	2019/7496	Contratação de empresa especializada para a reforma nas dependências do Fórum Desembargador Walmir Boná Robert de Justiça da Comarca de Tabatinga , conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do Edital.	842.147,99	822.794,84	HOMOLOGADO
TP 004/2019	2019/8039	Contratação de empresa especializada em obras e Serviços de Engenharia para reforma e manutenção nas residências dos Magistrados , reforço estrutural do muro de delimitação do terreno, bem como sua adequação aos requisitos de segurança, situadas nas dependências do Fórum de Justiça Dr. José Rebelo de Mendonça, da Comarca de Itacoatiara, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), situado a AV. Parque S/Nº – Pedreiras, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos, mão de obra e acessórios conforme especificado no Projeto Básico do Edital.	-	-	AGUARDANDO RETIFICAÇÃO DO PROJETO BÁSICO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Atividades Desenvolvidas em 2019

GESTÃO

- Elaboração de minutas de contratos e aditivos, cooperações técnicas, termos de reciprocidade e demais instrumentos contratuais;
- Requisição de documentação da empresa a ser contratada, viabilizando a análise, principalmente, da regularidade fiscal;
- Formalização do contrato, aditivo, cooperação, reciprocidade e demais acordos;
- Publicação, no Diário de Justiça Eletrônico, de extratos relacionados aos pactos firmados;
- Comunicação aos fiscais dos contratos;
- Controle de prazos de vigência das avenças administrativas, promovendo a inauguração de procedimento administrativo para prorrogação ou para licitação do serviço;
- Formalização de instrumentos contratuais para revisão, reajuste e repactuação de contratos;
- Elaboração de planilha de atos contratuais assinados e publicados para informações ao Tribunal de Contas do Estados – E-contas.

EXECUÇÃO

- Fiscalização, em coadjuvação com os Fiscais do Contrato, o integral cumprimento dos ditames firmados na avença administrativa;
- Inauguração de procedimento relativo ao pagamento de fornecedores e prestadores de serviços contratados;
- Controle de pagamentos efetuados;
- Gerenciamento de despesas realizadas em função de avenças administrativas;
- Acompanhamento da regularidade fiscal das empresas contratadas;
- Elaboração de notificações endereçadas às empresas em função de conhecimento de algum desrespeito aos preceitos contratuais;
- Autuação de procedimento de apuração de responsabilidade contratual com o fim de aplicar penalidades nas empresas que perpetraram atos em desobediências aos termos do contrato;



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Abaixo segue relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2019:

2019 – Janeiro a Dezembro											
Termos Aditivos											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
10	13	13	19	10	7	13	11	6	9	4	7
Contratos Novos											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	2	5	1	3	-	6	4	4	3	-	4
Apostilamentos											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	1	1	4	2	3	2	-	2	1	5

Cessão de Uso											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-
Convênio											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Cooperação Técnica											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
3	3	9	3	10	1	3	5	7	2	-	3
Erratas											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	1	-	1	8	-	7	3	-	-	-
Distrato											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	-	2	-	-	-	-	1	2	-	-
Reciprocidade											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – CAPITAL

DADOS PROCESSUAIS DA CAPITAL 1º GRAU - ANO BASE DE 2019																
Varas	Em andamento em dez/2018	Entrados por distribuição	Entrados por redistribuição	Por Evolução para Ação Penal	Por Evolução para fase de execução	Saídos por redistribuição	Saldo de Entrados	Média mensal de entrados	Sentenciados	Julgado / Transitado (no período)	Arq. definitiva (no período)	Rem. para outro trib. (no período)	Em grau de recurso (no período)	Arq. admin. (no período)	Suspensos (no período)	Em andamento em dez/2019
Casa de Justiça e Cidadania	147	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	147
Central de Inquéritos	1	907	6000	1	0	749	6159	513,25	6	0	0	0	0	0	0	5402
Central de Plantão Criminal	468	8083	88	1	0	8334	-162	-13,5	4	0	81	0	0	0	25	363
Central de Plantão Cível	128	1342	5	0	0	1151	196	16,33	31	0	86	0	1	0	7	270
Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família	12	104	1	0	0	12	93	7,75	89	1	160	0	0	0	2	17
5ª Vara da Fazenda Pública	1016	675	236	0	82	241	752	62,66	753	639	463	0	289	0	92	1048
4ª V.E.C.U.T.E.	2254	128	565	328	0	175	846	70,5	851	247	471	0	127	482	68	2295



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

3ª Vara do Tribunal do Júri	591	153	185	65	0	107	296	24,66	669	62	513	0	112	338	42	360
2ª Vara do Tribunal do Júri	2249	173	140	69	0	102	280	23,33	953	169	1070	0	147	190	83	1797
1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes	1425	173	124	127	0	87	337	28,08	508	2	600	0	67	323	285	917
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	56	636	0	0	0	0	636	53	92	72	599	0	0	0	0	102
3ª Vara da Fazenda Pública	1370	653	299	0	86	242	796	66,33	670	431	634	0	334	0	86	1476
2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes	916	271	180	245	0	384	312	26	673	26	782	0	81	408	376	542
1ª Vara do Tribunal do Júri	2415	151	156	41	0	20	328	27,33	993	63	978	0	102	213	368	1605



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

2ª Vara da Fazenda Pública	2481	900	166	0	190	347	909	75,75	1281	227	715	0	292	1	116	2568
Vara Especializada do Meio Ambiente	2899	659	81	110	0	24	826	68,83	877	225	748	0	103	0	47	2788
Vara de Execução de Medidas Socioeducativas	904	94	861	0	0	31	924	77	782	11	910	0	2	0	61	914
8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1915	1178	108	0	92	127	1251	104,25	1396	934	975	0	181	312	350	2022
5ª Vara Criminal	1454	398	412	367	0	147	1030	85,83	755	19	976	0	30	542	106	1262
11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (Euza Maria)	3427	1184	130	0	197	153	1358	113,16	946	1008	1001	0	172	173	143	3694
2ª Vara Criminal	1650	411	418	354	0	189	994	82,83	829	645	1073	0	66	702	269	1291
4ª Vara Criminal	2062	403	438	200	0	189	852	71	895	244	1778	0	121	143	109	1897
9ª Vara Criminal	1314	418	412	461	0	238	1053	87,75	893	3	1006	0	90	813	357	887
6ª Vara Criminal	2052	391	409	396	0	173	1023	85,25	992	2	996	0	87	583	570	2254
Vara Especializada de Crimes de Trânsito	1237	289	627	492	0	283	1125	93,75	688	63	1034	0	34	1026	485	1015



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1610	1143	113	0	191	84	1363	113,58	1156	792	1113	0	197	140	91	2097
1ª Vara da Fazenda Pública	1435	663	293	0	170	244	882	73,5	842	1200	1105	0	356	41	1	1203
12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (Euza Maria)	2747	1184	146	0	72	160	1242	103,5	1255	1152	1073	0	245	103	37	2915
7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1880	1131	132	0	142	108	1297	108,08	1321	1292	1101	0	249	396	354	1869
19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3203	1167	171	0	148	197	1289	107,41	1120	1082	1220	0	156	347	164	3275
7ª Vara Criminal	2251	412	403	345	0	225	935	77,91	871	474	1148	0	143	341	67	2148
10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2762	1131	156	0	171	141	1317	109,75	1323	1237	1229	0	217	560	240	2657
10ª Vara Criminal	2694	453	411	547	0	371	1040	86,66	1154	263	2173	0	52	906	252	2146
Vara da Auditoria Militar	2574	475	67	92	0	14	620	51,66	470	17	1644	0	27	58	2	2611
1ª Vara Criminal	1690	397	447	557	0	219	1182	98,5	732	593	1160	0	89	754	230	1445
3ª V.E.C.U.T.E.	2045	142	568	504	0	123	1091	90,91	1183	71	1212	0	108	92	99	1453
1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2578	1118	112	0	118	65	1283	106,91	1102	211	1224	0	131	133	52	2684



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1985	1144	122	0	188	117	1337	111,41	1082	1034	1430	0	215	481	137	2250
20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1581	1236	138	0	183	132	1425	118,75	1484	1238	1359	0	351	530	117	1589
11ª Vara Criminal	2599	434	440	401	0	236	1039	86,58	1037	640	1383	0	95	786	346	2072
17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1731	1194	131	0	218	119	1424	118,66	1678	1109	1355	0	357	301	58	1740
15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2325	1093	144	0	154	88	1303	108,58	1306	1096	1567	0	216	40	14	2469
2ª V.E.C.U.T.E.	3127	160	621	808	0	228	1361	113,41	1271	736	1392	0	174	415	12	2366
19ª Vara do Juizado Especial Criminal	605	1832	174	38	0	633	1411	117,58	1549	17	1426	0	5	109	47	565
14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2706	1146	215	0	152	156	1357	113,08	1806	1226	1463	0	433	259	193	2446
18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4168	1156	139	0	125	127	1293	107,75	1780	1293	1460	0	252	78	70	3796
8ª Vara Criminal	2122	521	425	247	0	443	750	62,5	481	17	1466	0	44	790	135	2028
4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3948	1135	198	0	165	209	1289	107,41	1548	30	1524	0	249	59	8	3725



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3552	1112	117	0	226	72	1383	115,25	1943	1311	1672	0	235	191	126	3220
1ª V.E.C.U.T.E.	1626	142	551	353	0	128	918	76,5	1111	1085	1633	0	123	0	132	840
Pólo Avançado do Núcleo de Conciliação	731	3406	2	0	0	2294	1114	92,83	2349	391	1881	0	0	0	0	381
18ª Vara do Juizado Especial Criminal	668	1929	232	12	0	466	1707	142,25	1922	2	1760	0	7	7	15	640
Vara de Órfãos e Sucessões	4397	1170	598	0	37	659	1146	95,49	1117	1	1906	0	30	1	66	4272
13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2082	1125	155	0	178	106	1352	112,66	1675	1037	2455	0	363	218	146	2122
6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3653	1205	123	0	155	29	1454	121,16	1765	1203	2002	0	241	232	200	3299
Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual	14725	470	228	0	3	20	681	56,75	2213	25	2498	0	82	921	2095	13262
5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (Euza Maria)	4898	1086	154	0	74	92	1222	101,83	1808	1510	2213	0	244	80	138	4142
13ª Vara do Juizado	712	1887	295	148	0	241	2089	174,08	2218	2136	5965	0	10	1	1	675



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Especial Criminal																
3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3957	1151	147	0	166	111	1353	112,75	2197	1843	2242	0	451	570	280	2530
15ª Vara do Juizado Especial Criminal	1447	1938	298	0	0	296	1940	161,66	2281	1	3339	0	6	6	67	1365
Juizado da Infância e Juventude - Cível (Euza Maria)	2140	2084	155	0	0	79	2160	180	2145	1602	2397	0	70	1	3	2055
Vara de Registros Públicos e Usucapião	5512	2261	156	0	0	114	2303	191,91	1651	203	2460	0	19	0	0	5641
1ª Vara de Família (Euza Maria)	2735	1340	1036	0	152	187	2341	195,08	1695	1251	2742	0	58	0	134	2586
17ª Vara do Juizado Especial Criminal	1006	1858	267	1072	0	166	3031	252,58	2202	0	4668	0	2	4	0	634
4ª Vara de Família (Euza Maria)	2771	1332	1034	0	145	168	2343	195,25	1834	1727	2961	0	49	0	10	2545
VEMEPA	9177	3795	1110	0	0	582	4323	360,25	2106	13	3064	0	0	0	25	10946
7ª Vara de Família	3933	1563	1120	0	159	515	2327	193,91	2091	562	2944	0	14	0	46	3530



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

4ª Vara da Fazenda Pública	1808	615	274	0	78	175	792	66	848	546	349	0	234	0	41	1975
6ª Vara de Família (Euza Maria)	3279	1245	1093	0	229	137	2430	202,5	1845	1362	5873	0	39	0	51	2840
Juizado da Infância e Juventude - Infracional	1064	2770	515	0	0	887	2398	199,83	2526	11	3367	0	51	0	12	450
15ª Vara do Juizado Especial Cível	2085	4039	513	0	0	839	3713	309,41	3747	2060	3980	0	870	0	242	2588
6ª Vara do Juizado Especial Cível	1780	3861	573	0	308	730	4012	334,33	4105	1928	3934	0	824	0	121	2472
5ª Vara do Juizado Especial Cível	3530	3703	495	0	223	498	3923	326,91	4034	1532	5918	0	804	0	97	3861
2ª Vara do Juizado Especial - Procon	1346	3208	39	0	157	62	3342	278,5	3911	52	4359	0	146	0	19	1096
1ª Vara do Juizado Especial Cível	1789	3302	450	0	0	14	3738	311,5	4905	935	4652	0	1076	0	85	2876
12ª Vara do Juizado Especial	1690	3822	486	0	17	586	3739	311,58	4405	1923	4378	0	1008	0	152	1651
7ª Vara do Juizado Especial Cível	2382	3448	312	0	0	61	3699	308,25	4223	799	4618	0	1094	0	103	2561



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

13º Vara do Juizado Especial Cível	2301	3699	395	0	437	379	4152	346	4702	1081	4371	0	807	0	90	2663
10ª Vara do Juizado Especial Cível	1113	2882	39	0	1	5	2917	243,08	4593	871	5807	0	825	0	13	1586
Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal	5066	7501	770	0	0	384	7887	657,25	7699	3193	4948	0	1515	0	695	7462
3ª Vara do Juizado Especial Cível	3544	3549	197	0	61	22	3785	315,41	5050	0	4799	0	1358	0	196	3606
9ª Vara do Juizado Especial Cível	1121	2899	63	0	434	56	3340	278,33	4895	1248	6711	0	719	0	270	1260
1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	3938	3577	672	1137	0	364	5022	418,5	5278	618	4740	0	185	2254	4074	1506
2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	2110	4796	1149	1454	0	1265	6134	511,16	5244	9	4881	0	83	2452	2060	2273
2ª Vara de Família (Lúcio Fonte)	3041	4996	244	0	707	431	5516	459,66	5020	1183	6900	0	27	74	18	3831



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)	1297	3785	444	0	423	506	4146	345,5	4336	1278	5680	0	918	0	119	1251
14ª Vara do Juizado Especial Cível	2846	5088	103	0	0	42	5149	429,08	5141	751	6744	0	815	0	73	4129
8ª Vara de Família (Euza Maria)	3136	4381	286	0	475	192	4950	412,5	5550	88	5422	0	3	0	14	3837
16ª Vara do Juizado Especial Cível	2283	2871	45	0	239	6	3149	262,41	5127	1983	6940	0	648	0	112	2039
5ª Vara de Família (Euza Maria)	3748	4370	246	0	534	136	5014	417,83	5007	248	5324	0	8	0	21	3717
11ª Vara do Juizado Especial Cível	2295	5197	88	0	719	156	5848	487,33	7861	1761	6979	0	984	0	312	3237
Vara de Execuções Penais (VEP)	16631	4223	562	0	0	127	4658	388,16	1167	47	5965	0	191	1	3602	14774
4ª Vara do Juizado Especial Cível	2897	5107	70	0	345	28	5494	457,83	5943	2017	6891	0	1130	0	104	3208
3ª Vara de Família (Azarias Menescal)	10041	6053	128	0	719	385	6515	542,91	6790	419	6740	0	211	0	103	9727
3º Juizado Especializado da Violência Doméstica	5102	6979	1352	2194	0	2231	8294	691,16	6640	1	8025	0	45	5947	1052	2981



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

(Maria da Penha)																
Central de Precatórias	857	10487	46	0	0	2565	7968	664	0	0	8158	0	0	0	0	918
Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	31494	660	95	0	1	12	744	62	6164	45	12256	0	86	0	3307	27636
Total	284145	194208	37329	13166	10246	37550	217399	18116,3	217256	65805	269387	0	25507	26928	27415	277178



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – INTERIOR

DADOS PROCESSUAIS DO INTERIOR 1º GRAU - ANO BASE DE 2019						
Comarca	Varas	Arquivados	Casos Julgados	Casos Novos	Estoque Inicial	Estoque Final
Alvarães	Vara Única da Comarca de Alvarães	554	571	651	1247	1355
Amaturá	Vara Única da Comarca de Amaturá	344	356	289	678	651
Anamã	Vara Única da Comarca de Anamã	498	285	474	925	922
Anori	Vara Única da Comarca de Anori	749	504	528	1111	1066
Apuí	Vara Única da Comarca de Apuí	2261	1062	1072	3289	2305
Atalaia do Norte	Vara Única da Comarca de Atalaia do Norte	990	968	454	1638	1208
Autazes	Vara Única da Comarca de Autazes	2416	1433	1642	5621	4560
Barcelos	Vara Única da Comarca de Barcelos	664	271	562	2505	2424
Barreirinha	Vara Única da Comarca de Barreirinha	1079	1002	916	1769	1657
Benjamin Constant	Vara Única da Comarca de Benjamin Constant	1558	1512	734	2443	1810
Beruri	Vara Única da Comarca de Beruri	1077	1331	813	1624	1424
Boa Vista do Ramos	Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos	810	650	480	1693	1420
Boca do Acre	Vara Única da Comarca de Boca do Acre	1995	936	1201	4931	4232
Borba	Vara Única da Comarca de Borba	2007	1267	951	3869	2779
Caapiranga	Vara Única da Comarca de Caapiranga	243	310	403	590	772
Canutama	Vara Única da Comarca de Canutama	1184	677	637	1954	1452
Carauari	Vara Única da Comarca de Carauari	1882	1221	960	5122	4329
Careiro Castanho	Vara Única da Comarca de Careiro Castanho	1256	1089	1222	3649	3891
Careiro da Várzea	Vara Única da Comarca de Careiro da Várzea	699	206	709	1384	1483
Coari	1ª Vara da Comarca de Coari	1800	1390	1209	4424	3891
Coari	1º Juizado Especial da Comarca de Coari	978	1146	753	865	596
Coari	2ª Vara da Comarca de Coari	1529	2139	1247	5186	4980
Codajás	Vara Única da Comarca de Codajás	2491	3104	2317	3545	3455
Eirunepé	Vara Única da Comarca de Eirunepé	1580	1090	825	3732	3017
Envira	Vara Única da Comarca de Envira	466	478	385	1432	1542
Fonte Boa	Vara Única da Comarca de Fonte Boa	604	501	594	2909	2929
Guajará	Vara Única da Comarca de Guajará	1065	1020	881	2120	1983
Humaitá	1ª Vara da Comarca de Humaitá	2335	1703	1624	5617	4749
Humaitá	1º Juizado Especial da Comarca de Humaitá	2089	2370	1223	1803	1973
Humaitá	2ª Vara da Comarca de Humaitá	1368	1979	1325	4412	4513
Ipixuna	Vara Única da Comarca de Ipixuna	510	336	424	1112	1058
Iranduba	1ª Vara da Comarca de Iranduba	2168	1393	1750	4112	5275
Iranduba	2ª Vara da Comarca de Iranduba	3255	1436	1840	3525	5220
Itacoatiara	1ª Vara da Comarca de Itacoatiara	1203	1174	1169	4936	4975
Itacoatiara	1º Juizado Especial da Comarca de Itacoatiara	2287	1628	1002	1428	910
Itacoatiara	2ª Vara da Comarca de Itacoatiara	1522	1414	1342	5180	5095
Itacoatiara	3ª Vara da Comarca de Itacoatiara	1651	1119	1409	4035	4167



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Itamarati	Vara Única da Comarca de Itamarati	338	355	327	540	587
Itapiranga	Vara Única da Comarca de Itapiranga	537	592	627	1302	1514
Japurá	Vara Única da Comarca de Japurá	315	343	295	606	600
Juruá	Vara Única da Comarca de Juruá	689	770	599	1218	1190
Jutaí	Vara Única da Comarca de Jutaí	663	1033	998	3096	3462
Lábrea	Vara Única da Comarca de Lábrea	4127	3403	2859	8174	6973
Manacapuru	1ª Vara da Comarca de Manacapuru	3261	1721	1372	8094	6487
Manacapuru	1º Juizado Especial da Comarca de Manacapuru	1358	4023	3951	717	3559
Manacapuru	2ª Vara da Comarca de Manacapuru	2542	1797	1535	6670	5739
Manaquiri	Vara Única da Comarca de Manaquiri	1157	582	718	1721	1364
Manicoré	1ª Vara da Comarca de Manicoré	2580	1626	1110	3072	1765
Manicoré	2ª Vara da Comarca de Manicoré	2007	1612	1054	2463	1629
Maraã	Vara Única da Comarca de Maraã	1037	527	506	1330	891
Maués	1ª Vara da Comarca de Maués	726	695	690	2642	2747
Maués	2ª Vara da Comarca de Maués	921	802	819	2255	2336
Nhamundá	Vara Única da Comarca de Nhamundá	1167	887	748	1823	1488
Nova Olinda do Norte	Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte	976	829	842	3267	3115
Novo Airão	Vara Única da Comarca de Novo Airão	1226	979	597	3218	2746
Novo Aripuanã	Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã	1291	668	880	2501	2143
Parintins	1ª Vara da Comarca de Parintins	1031	720	886	3096	3082
Parintins	1º Juizado Especial da Comarca de Parintins	1691	2476	1347	2556	2067
Parintins	2ª Vara da Comarca de Parintins	1441	1230	975	3892	3594
Parintins	3ª Vara da Comarca de Parintins	1247	772	875	2793	2639
Pauini	Vara Única da Comarca de Pauini	733	508	498	2571	2358
Presidente Figueiredo	Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo	2908	1421	1695	7419	6342
Rio Preto da Eva	Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva	1633	1432	1392	3733	3600
Santa Isabel do Rio Negro	Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	700	558	719	967	1060
Santo Antônio do Içá	Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá	615	782	915	3600	3936
Silves	Vara Única da Comarca de Silves	169	397	474	2287	2604
São Gabriel da Cachoeira	Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	1236	841	931	2299	2109
São Paulo de Olivença	Vara Única da Comarca de São Paulo de Olivença	792	882	536	1852	1682
São Sebastião do Uatumã	Vara Única da Comarca de São Sebastião do Uatumã	504	530	711	1814	2040
Tabatinga	1ª Vara da Comarca de Tabatinga	1447	1075	919	3727	3356
Tabatinga	2ª Vara da Comarca de Tabatinga	1376	1310	863	2072	1689
Tapauá	Vara Única da Comarca de Tapauá	1130	1049	462	3038	2393
Tefé	1ª Vara da Comarca de Tefé	2374	1552	1555	3847	3176
Tefé	1º Juizado Especial da Comarca de Tefé	1370	1346	793	1083	619
Tefé	2ª Vara da Comarca de Tefé	1861	1544	1580	2983	2800
Uarini	Vara Única da Comarca de Uarini	482	640	592	1109	1324
Urucará	Vara Única da Comarca de Urucará	974	755	707	2010	1828
Urucurituba	Vara Única da Comarca de Urucurituba	537	473	743	1328	1575



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Total	98.934	83.792	74.683	215.468	199.221
-------	--------	--------	--------	---------	---------



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

DADOS PROCESSUAIS DO SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

DADOS PROCESSUAIS DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO - ANO BASE DE 2019											
Mês/Ano	Entrados por Distribuição	Entrados por Redistribuição	Dependentes Entrados	Julgamento Com Mérito	Julgamento Sem Mérito	Decisões	Acervo	Suspensão / Sobreestados	Entrados por transferência	Despachos	Baixados
jan/19	3177	632	447	1071	322	527	0	0	66	2934	3305
fev/19	4260	581	635	1963	389	648	0	0	30	4209	3225
mar/19	2953	552	511	2830	376	598	0	0	4	3810	2583
abr/19	2974	534	628	3045	366	612	0	0	14	3502	3647
mai/19	4254	541	575	2876	433	625	0	0	267	3860	4025
jun/19	2930	522	337	3968	337	515	0	0	183	2741	2425
jul/19	7191	642	294	4113	402	582	0	0	2526	4226	6649
ago/19	4948	751	331	3990	475	940	0	0	504	5234	5407
set/19	4080	778	403	3785	493	823	0	0	437	4731	7342
out/19	3375	524	433	3530	388	674	0	0	141	3740	4972
nov/19	3888	523	309	3277	331	813	0	0	83	4186	3750
dez/19	4825	420	301	2819	424	731	19364	8674	1310	2835	3335
Total	48855	7000	5204	37267	4736	8088	19364	8674	5565	46008	50665



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

DADOS PROCESSUAIS DAS TURMAS RECURSAIS (1ª, 2ª e 3ª TURMAS) - ANO BASE DE 2019)											
Mês/Ano	Entrados por Distribuição	Entrados por Redistribuição	Dependentes Entrados	Julgamento Com Mérito	Julgamento Sem Mérito	Decisões	Acervo	Suspenso / Sobrestados	Entrados por transferência	Despachos	Baixados
jan/19	1355	28	0	359	27	0	0	0	40	85	1398
fev/19	2176	84	0	589	26	16	0	0	21	264	1319
mar/19	1057	87	0	1518	47	21	0	0	2	280	763
abr/19	1047	73	0	1339	52	13	0	0	9	169	1099
mai/19	1897	66	0	1469	48	19	0	0	242	189	1644
jun/19	961	71	0	2782	64	0	0	0	178	143	744
jul/19	4272	84	0	2531	54	3	0	0	2347	250	3096
ago/19	2606	144	0	2184	72	4	0	0	323	210	2227
set/19	1581	78	0	2221	55	5	0	0	30	183	2032
out/19	1160	60	0	1896	44	18	0	0	14	132	1727
nov/19	1781	63	0	1851	59	3	0	0	10	177	1613
dez/19	2389	43	0	1540	16	0	5564	3190	662	106	1257
Total	22282	881	0	20279	564	102	5564	3190	3878	2188	18919



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

CORREIÇÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL

No ano de 2019 a Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Correções, correccionou (44) serventias. Dentre elas:

- ✓ 40 unidades do interior - sendo extrajudiciais e 30 cartórios judiciais;
- ✓ 04 unidades judiciais da Capital.

Seguem abaixo os dados relacionados:

UNIDADES CORRELACIONADAS NO INTERIOR DO AMAZONAS NO ANO DE 2019

Nº	UNIDADE CORRELACIONADA	PORTARIA	DATA
JANEIRO			
1	Parintins - 1º Of	184/2019	14 a 18/01
2	Barreirinha- Vara Única	183/2019	14 a 18/01
	Barreirinha - Of. Único	183/2019	14 a 18/01
FEVEREIRO			
4	Novo Airão - V. Única	002/2019	29/01 a 01/02
5	Silves - V. Única	003/2019	12 a 16/02
6	Codajás - V. Única	011/2019	18 a 22/02
7	Anori - V. Única	012/2019	18 a 22/02
MARÇO			
8	Carauari - V. Única	016/2019	11 a 14/03
9	Nova Olinda do Norte - V. Única	017/2019	11 a 15/03
10	Itacoatiara - 2ª V.	021/2019	13 a 15/03
11	Lábrea - V. Única	022/2019	18 a 22/03
12	Lábrea - Of. Único	022/2019	18 a 22/03
ABRIL			
13	Benjamin Constant - Of. Único	054/2019	24/04 a 26/04
MAIO			
14	Canutama - V. Única	063/2019	06 a 10/05
15	Canutama - Of. Único	063/2019	06 a 10/05
16	Iranduba - 2ª V.	072/2019	06 a 09/05
17	Autazes - V. Única	073/2019	21 a 25/05
JUNHO			
18	Manacapuru - 1ª V.	074/2019	28/05 a 01/06
19	Manacapuru - 2ª V.	090/2019	25 a 28/06
JULHO			
20	Humaitá - 1ª V.	091/2019	08 a 12/07
21	Humaitá - 2º Of.	091/2019	08 a 12/07
22	Manacapuru - JECC	116/2019	17/07 a 19/07
23	Eirunepé - V. Única	092/2019	16 a 20/07



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

24	Iranduba - Of. Único	109/2019	22 a 26/07
AGOSTO			
25	Urucurituba - V. Única	122/2019	06 a 10/08
26	Boa Vista do Ramos - V. Única	123/2019	06 a 10/08
SETEMBRO			
27	Fonte Boa - V. Única	107 e 136/19	09 a 13/09
28	Jutai - V. Única	108 e 137/19	09 a 13/09
29	Itacoatiara - JECC	139/19	16 a 18/09
30	Parintins - 1ª Vara	144/19	18 a 21/09
OUTUBRO			
31	Parintins - 2ª Vara	128 e 145/19	30/09 a 04/10
32	Boca do Acre - Vara Única	156/19	06/10 a 12/10
33	Pauini - Vara Única	157/19	06/10 a 12/10
34	Pauini - Of. Único	157/19	06/10 a 12/10
35	Manicoré - 2ª Vara	166/19	29/10 a 31/10
NOVEMBRO			
36	Guajará - Vara Única	164/19	18 a 22/11
37	Guajará - Of. Único	164/19	18 a 22/11
38	Urucará - Vara Única	165/19	29/10 a 01/11
39	Urucará - Of. Único	165/19	29/10 a 01/11
40	Caapiranga - Vara Única	180/19	27/11 a 30/11



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019

A Semana Nacional da Conciliação (SNC), realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um esforço concentrado para solucionar o maior número possível de processos em todos os tribunais do país.

Os dados apresentados neste relatório são resultados da campanha de mobilização coordenada pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas (CGJ/TJAM), envolvendo todas as Varas/Comarcas que manifestaram interesse em participar do evento, que ocorreu de 4 a 8 de novembro.

No período, foram realizadas 10.962 audiências e atendidas 27.608 pessoas, resultando em 2.406 acordos homologados que somaram a importância de R\$ 25.875.236,35 em valores movimentado entre as partes.

Observa-se, ainda, que em 2019 houve um aumento quantitativo de audiências designadas e realizadas em relação ao ano de 2018, entretanto o número de acordos realizados reduziu em 1.196. Por outro lado, o valor médio por acordo obteve aumento de aproximadamente R\$ 880,00. Os dados da Semana Nacional de 2019, aqui relatados, podem ser conferidos nas tabelas apresentadas a seguir, fornecidas pelo Setor de Estatística do Judiciário do Amazonas.

Em se tratando das audiências na SNC 2019, constata-se, por meio da tabela 02 e Figura 01, que ao traçar um paralelo com “designadas X realizadas”, atingiu-se 74o/o de audiências realizadas. Dessas realizadas, observa-se que 22o/o das audiências realizadas resultaram na homologação de acordos. Obtendo-se, no total, 2.406 acordos homologados, os quais somam a importância de R\$ 25.875.236,35, alcançando uma média de R\$ 10.754,46 por acordo homologado.

NÚMEROS DA SEMANAL NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2019 TJ AMAZONAS

XIV Semana Nacional da Conciliação 2019 - Período de 04 a 08 de novembro de 2019	Quantidade	Média por dia
Pessoas atendidas	27.608	5.522
Magistrados	548	110
Juizes Leigos	15	3
Conciliadores	1.832	366
Colaboradores	2.299	460
Ações desenvolvidas (emissão de documentos, casamento coletivo, informações, etc.)	205	41

Tabela 1- Abrangência das ações desenvolvidas pela SNC 2019.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

XIV Semana Nacional da Conciliação 2019 - Geral Período de 04 a 08 de novembro de 2019	Quantidade
Audiências designadas	14.823
Audiências realizadas	10.962
% Designadas X Realizadas	74%
Acordos Homologados	2.406
% Designadas X Realizadas	22%
Valores homologados	R\$ 25.875.236,35
Valor médio por acordo homologado	R\$ 10.754,46

Tabela 2- Audiências: designadas, realizadas, homologadas e valores da SNC 2019.

Audiências Designadas x Realizadas – SNC 2019

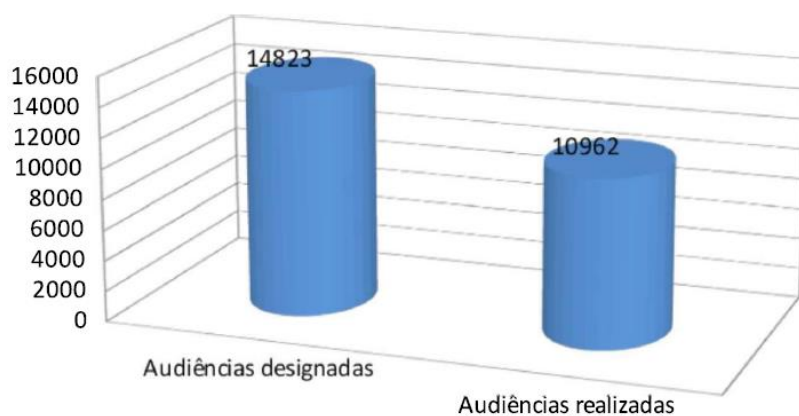


Figura 1 - Audiências Designadas X Realizadas em números



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

PROJETOS ALINHADOS AO PLANO ESTRATÉGICO – 2015-2020

Setor de Projetos:

Criado pela Resolução TJAM de Número 01/2019, o Setor de Projetos está inserido dentro da Divisão de Planejamento, e tem como macro competências:

I. Garantir que o portfólio de projetos esteja adequado ao alcance dos objetivos estratégicos, contribuindo para o alinhamento dos projetos à estratégia do Tribunal de Justiça;

II. Definir, uniformizar padrões, processos, métricas e a utilização das ferramentas corporativas de gestão de projetos, contribuindo para sua divulgação e para a capacitação de usuários;

III. Assegurar a correta aplicação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos no Tribunal;

IV. Acompanhar o andamento dos projetos estratégicos, provendo informações estruturadas, apoiando a Alta Administração na tomada de decisão;

V. Atuar no desenvolvimento de competências e gerenciamento de projetos;


VI. Prestar apoio e assessoramento técnico aos gestores, aos gerentes e às equipes de projetos em todas as fases do projeto;

VII. Estabelecer padrões para início e fechamento de projetos.

Apresentamos a seguir o portfólio dos projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Ano de 2019



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

	Portfólio Projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Ano de 2019				Última Atualização:
					Março de 2020
Nº	Projeto	Objetivo Geral	Benefícios do Projeto	Resultados	Status
Projeto 001 -2019	Programa Jovem Aprendiz	Implementação do Programa Jovem Aprendiz no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Unidade Concedente da Experiência Prática do Aprendiz).	Desenvolvimento de atividades conjuntas, que propiciem a promoção da integração do Aprendiz no TJAM, e a sua formação para o trabalho.	Projeto Contínuo, atualmente já existem 21 (vinte e um) Jovens Aprendizes desenvolvendo atividades no TJAM.	Contínuo
Projeto 002 -2019	Videoconferência nas Audiências.	Implementação de Videoconferência nas Audiências de 1º Grau nas Unidades Judiciais do Tribunal do Estado do Amazonas.	A Videoconferência é uma solução que permite o contato audiovisual entre as pessoas que estão em localidades diferentes, dando a sensação de que os participantes encontram-se no mesmo local. Reduzindo gastos com a movimentação das partes, e possíveis riscos de segurança.	Redução do número de audiências presenciais na Vara 3ª VECUTE.	Contínuo
Projeto 003-2019	Semana da Baixa	Desenvolver ações na Capital e Interior, com o intuito de possibilitar que o TJAM diminua a taxa de congestionamento processual/ Cumprimento de Metas.	Baixa de processo e acervo judicial.	1 - a 1ª edição “Semana de Baixas Processuais”, realizada no período de 10 a 14 de junho de 2019 somente nas Comarcas do Interior, procedeu com <i>13.400 processos baixados</i> . 2 - O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) procedeu a <i>baixa de 15.623 processos durante a 2.ª edição da “Semana</i>	Realizado



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

				de Baixas Processuais”, realizada no período de 30 de setembro a 4 de outubro. O Total Geral foi de 29.023 processos baixados.	
Projeto 004-2019	Mutirão do Júri	Promover o julgamento das ações penais mais antigas submetidas ao Tribunal do Júri, dando preferência ao "julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres".	Promover o julgamento de ações penais, dando preferência ao julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres O projeto para a realização do Mutirão do Júri está alinhado com as diretrizes estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme Plano Estratégico 2015/2020.	A 1ª Semana do Mutirão do Júri foi realizada no período de 06 a 10 de maio, a 2ª Semana do Mutirão do Júri foi realizada no período de 15 a 19 de julho, a 3ª Semana do Mutirão do Júri foi realizada no período de 14 de 18 de outubro. DADOS CONSOLIDADOS NAS 03 SEMANAS DO JÚRI EM 2019: 1ª Vara do Tribunal do Júri: 77 Julgados; 2ª Vara do Tribunal do Júri: 208 Julgados; 3ª Vara do Tribunal do Júri: 87 Julgados. O Total Geral de processos julgados foram 342.	Realizado
Ação 001 -2019	Macro Desafio "Garantia dos Direitos de Cidadania". Ação: Acessibilidade.	Tornar Acessibilidade uma Unidade Administrativa do TJAM, criar Comissão de Acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.	Assegurar o acesso e inclusão da comunidade e jurisdicionado nas dependências do Tribunal. E desenvolver ações de melhoria na gestão e adequação de espaços nas Unidades para portadores de necessidades especiais.	Instituída a Divisão de Serviço Social e Acessibilidade, através da Resolução TJAM 15/2019. Instituída a Comissão de Acessibilidade, através da Portaria TJAM de nº 1874, de 23/07/2019.	Contínuo



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

				Ações de melhoria realizadas continuamente, vide Relatório de Ações de Acessibilidade de 2019.	
Ação 002 -2019	Macro Desafio "Garantia dos Direitos de Cidadania". Ação: Legal, to documentado.	Obter registros de Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoas Físicas e carteira de trabalho, para crianças e adolescentes acolhidos que se encontram em vulnerabilidade social, ou que se encontram cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto.	Fortalecer a função social da justiça perante a sociedade.	Realizado de 22/04/19 a 26/04/19. Resultado de 678 crianças e adolescentes documentados.	Realizado
Ação 003 -2019	Macro Desafio "Garantia dos Direitos de Cidadania". Ação: Jornada, Justiça e Cidadania.	Promover palestras de instrução acerca do Judiciário Amazonense e demais serviços à criança e adolescente nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio.	Fortalecer a função social da justiça perante a sociedade.	Realizado de 08/04/19 a 12/04/19. Resultado de cerca de 6.000 (seis mil) estudantes atingidos.	Realizado
Ação 004 -2019	Macro Desafio "Garantia dos Direitos de Cidadania". Ação: Uma Nova Escolha.	Permitir ao/à adolescente o seu desenvolvimento pessoal e ampliação de sua formação social.	Integrar o/a adolescente à sociedade como sujeito de direitos, capaz de transformar de forma positiva sua expectativa de vida. Proporcionar ao/à adolescente em situação de vulnerabilidade social e econômica, oportunidade de adquirir conhecimento e	O público atendido foi adolescentes entre 14 e 18 anos completos, em situação de vulnerabilidade social e que se encontram em conflito com a lei. Realizado: De 05/08 a 02/10/19: Curso de Informática Básica; De 05/08 a 02/10/19: Curso de Word e Excel Avançado; De 1/08 a 10/09/19: Curso de Agente de Informações Turísticas.	Realizado



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

			habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal, que lhe dê condições que utilizá-la como ocupação/profissão se assim deseja.		
Ação 005 -2019	Macro Desafio "Garantia dos Direitos de Cidadania". Ação: Audiências Concentradas	Dar cumprimento a Instrução Normativa nº 02 do CNJ, e a Lei 12.010/2009, (Lei da Adoção), disposta no § 1º, Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com as alterações promovidas pela Lei 13.509/2017.	Buscar acelerar a provisoriedade da medida de proteção de acolhimento institucional. Analisar a situação pessoal, processual e procedimental de cada criança ou adolescente acolhido, e Assegurar a integração familiar do acolhido, seja na família natural, extensa ou ampliada.	As Audiências Concentradas 2019.1 1ª fase: de 18 a 28 de fevereiro de 2019. 2ª fase: de 11 a 22 de março de 2019. No início das Audiências Concentradas, haviam 162 (cento e sessenta e dois) crianças/adolescentes acolhidos nas 09 (nove) Unidades de Acolhimento localizada em diversas zonas da Cidade de Manaus. Dentre os acolhidos 14 (quatorze) foram desligados e entregues à família natural, extensa ou substituta. No total foram avaliadas 110 (cento e dez) Atas das Audiências (processos), pois, em oito unidades acolhedoras existem grupos de irmãos.	
Ação 006 -2019	Macro Desafio "Adoção de Soluções Alternativas de Conflito". Ação: Semana da Conciliação.	Estimular a realização de acordos em processos em tramitação na Justiça Estadual.	Aumento no número de conciliações, realização de acordos, celeridade processual.	Realizada de 04 a 08 de novembro de 2019. Audiências Designadas: 14.823 Audiências Realizadas: 10.962 Acordos Efetuados: 2.406	Realizado



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Ação 007 -2019	Macro Desafio "Impulso às Execuções Fiscais, Cíveis e Trabalhistas". Ação: Redução de Processos das Varas de Dívida Ativa Municipal.	Reduzir os processos das Varas de Dívida Ativa Municipal.	Baixa de processo e acervo judicial.	Ações de redução realizadas de 20/08/2018 a 20/12/19. Houve a redução de 230 mil processos nas Varas de Dívida Ativa Municipal.	Realizado
Ação 008 -2019	Macro Desafio "Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal". Ação: Implementação da Central de Inquéritos.	Implantação da central de inquéritos policiais e da secretaria de audiência de custódia na comarca de Manaus	Reduzir o número de inquéritos policiais e dando celeridade nas investigações criminais.	Instituída a Central de Inquéritos, através da Resolução TJAM 06/2019. Houve a Redução dos números de inquéritos policiais e celeridade nas investigações criminais (Vide relatórios estatísticos E-SAJ).	Contínuo
Ação 009 -2019	Macro Desafio "Melhoria da Gestão de Pessoas". Ação: Projeto Tele trabalho	Melhoria da qualidade de vida do servidor e aumento da produtividade. Bem como alcançar uma produtividade superior àquela dos servidores que trabalham presencialmente.	Redução de gastos públicos com eletricidade; papel e outros insumos arcados pelo serviço público; a geração de benefícios ao meio ambiente, em virtude da redução do fluxo de veículos e, consequentemente, diminuição da emissão de poluentes; a redução do fluxo de veículos nos grandes centros; além do favorecimento da qualidade de vida dos tele trabalhadores.	No período de 2019, a produtividade dos servidores do "Programa Tele trabalho" do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) chegou a 263%, acima da meta inicial estabelecida no regulamento da modalidade, ou seja, superior ao trabalho desempenhado pelos servidores presenciais. A informação foi divulgada pela "Comissão de Acompanhamento do Tele trabalho" do TJAM. Em 2019 o quantitativo é de 84 servidores em regime de tele trabalho.	Contínuo



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2019

Ação 010 -2019	Macro Desafio "Melhoria da Infraestrutura de TI". Ação: Expansão da Internet no Interior.	Melhoria na Infraestrutura de TI nas Comarcas do Interior.	Agilidade nas comunicações das comarcas. Favorecer a tramitação de processos no interior	No período de 2019, foram instaladas 55 antenas no Interior.	Realizado
Ação 011 -2019	Participação Feminina no Poder Judiciário	Assegurar a Participação das mulheres no Poder Judiciário.	Desenvolver ações de inclusão, de melhoria, assegurar a efetividade da Participação Feminina.	No período de 2019, foi realizado: - Instituído o Grupo de Trabalho de Participação Feminina, através da Portaria TJAM de nº 1582, de 24/06/2019. - Diagnóstico - Levantamento Funcional das Mulheres no Quadro de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. - Criação de Informativo – Cartilha de orientação e conscientização sobre as mulheres no espaço de trabalho. - Criação do Espaço de Fala da Mulheres no TJAM. I Encontro de Participação Feminina no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	Realizado
Ação 012 -2019	Exames periódicos em magistrados e servidores	Realização dos exames periódicos em magistrados e servidores. Mensurar e monitorar os índices de realização de exames periódicos de saúde dos Magistrados e Servidores	Preservar a saúde dos magistrados e servidores. Desenvolver práticas de gestão, atitudes e comportamentos que contribuam para a proteção da saúde no âmbito individual e coletivo. Prevenir riscos e identificação de doenças.	Ações desenvolvidas ao longo do ano de 2019. Foram realizados exames periódicos em: Magistrados - 10, e Servidores - 338. Total Geral de 348 magistrados.	Realizado



SELO PRATA NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2019

O Prêmio CNJ de Qualidade visa ao reconhecimento da excelência dos tribunais brasileiros na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

No XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Maceió - Alagoas, o Tribunal de Justiça do Amazonas garantiu o selo prata no Prêmio CNJ de Qualidade. O Prêmio é um estímulo para os segmentos do Poder Judiciário buscarem excelência na gestão e no planejamento de suas atividades; na organização administrativa e judiciária; e na sistematização e disseminação das informações e da produtividade.

O prêmio levou em consideração três eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Informação. Em Governança, que representou 40,68% da pontuação, foram avaliados aspectos relacionados ao funcionamento de unidades e comissões, implantação de resoluções e estrutura na área de tecnologia da informação, práticas socioambientais, capacitação, ações voltadas à saúde de magistrados e servidores, respostas às demandas das ouvidorias e gestão participativa na formulação de metas Nacionais.

O eixo Produtividade representou 16,40% da pontuação e avaliou questões referentes a efetividade na solução do maior número de processos com menos recursos disponíveis, maior índice de conciliação, manutenção de menor acervo de processos antigos, cumprimento das Metas Nacionais, redução da taxa de congestionamento e obtenção da maior celeridade processual.

Já o eixo Transparência e informação, que representou 42,93% da pontuação, incluiu itens sobre envio dos dados estatísticos validados, observância às Tabelas Processuais Unificadas e ampla transparência ao cidadão.

Todos os itens elencados no Prêmio foram amplamente discutidos pela Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais com os respectivos setores envolvidos, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos exigidos.

